



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região

**EDITAL**

ARTUR  
PRANDIN  
CURY  
07/05/2026 14:30

ALEX  
WAGNER  
ZOLET  
07/05/2026 14:31

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4343/2026**

O Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob nº 02.482.005/0001-23, com sede na Rua Esteves Júnior, nº 395, Centro, Florianópolis-SC, CEP 88015-905, torna público que a Coordenadoria de Licitações e Contratos – CLC realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, em seu formato **ELETRÔNICO (PE)**, com critério de julgamento pelo **MAIOR DESCONTO**, para execução do objeto do presente Edital, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, das exigências deste Edital e demais legislações complementares vigentes e pertinentes à matéria e ao objeto.

**Sessão Pública:** a partir das **13h30min\*** do dia **25 de maio de 2026**.

**Local:** Portal de Compras do Governo Federal, no Sistema [Compras](#).

**Endereço eletrônico:** <https://www.gov.br/compras>

**UASG:** 080013

**Licitação nº:** 90003/2026

**Processo nº:** PE 4343/2026

**Limite para apresentação de proposta e documentação:** até a abertura da sessão pública.

**Acompanhamento:** informações sobre o andamento da licitação e da efetiva contratação podem ser obtidas na página do Tribunal na Internet: <https://portal.trt12.jus.br/licitacoes>.

\*Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Fazem parte deste Edital os seguintes documentos:

**Apêndices**

I - Glossário

**Anexos**

- Termo de Referência
- Níveis Mínimos de Serviço
- Minuta do Termo de Contrato

**1. DO OBJETO**

Contratação de empresa especializada na manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos oficiais do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, com fornecimento de peças, materiais e insumos, por oficina multimarcas licenciada e equipada, apta a atender às especificações técnicas dos veículos do Tribunal, inclusive os que venham a ser incorporados durante a vigência contratual.



## a) RELAÇÃO DE ITENS

Item	Descrição
1	Fornecimento de peças e prestação de serviço de manutenção preventiva (periódicas e programadas) e corretiva dos veículos da frota oficial do Tribunal.

## b) OBSERVAÇÕES

- b.1) Em caso de divergência entre as especificações do objeto constantes do Edital e as disponibilizadas pelo Sistema [Compras](#) ou as constantes dos Estudos Técnicos Preliminares, **prevalecerão as do Edital**.
- b.2) O documento contendo os Estudos Técnicos Preliminares - ETP pode ser acessado por meio do procedimento previsto no subitem 4.2.7 deste Edital, com o código 2026.LYJV.CNZC.
- b.3) Os requisitos e o detalhamento do objeto constam do Termo de Referência anexo.
- b.4) A Contratada será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% do valor inicial atualizado do contrato.
- b.5) **Início da execução** em 1º de julho de 2026.
- b.6) **Prazo de garantia** das peças, materiais e dos serviços conforme Termo de Referência anexo.
- b.7) **Prazo de validade da proposta** não inferior a 60 dias da data do pregão.

## 2. DA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

2.1. A participação no certame se dará por meio de acesso ao **Sistema Compras** do Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras>, com chave de identificação e senha, e a subsequente apresentação da proposta.

2.1.1. A licitação é dividida em itens, conforme detalhamento do objeto, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2.1.2. No caso da formação de grupo (lote), a proposta deve ser feita para todos os itens que o compõem, não podendo ser feita apenas para parte desses itens separadamente, sob pena de desclassificação automática pelo sistema, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse.

2.2. **Poderão participar** deste pregão os interessados que até a data da sessão:

- a) estejam credenciados e em situação regular junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.
- b) possuam os requisitos mínimos de habilitação previstos neste Edital.
- c) atuem em ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

2.3. **Não poderá participar** do certame ou da execução do objeto, direta ou indiretamente, o interessado:

- a) que não tenha feito previamente seu credenciamento junto ao SICAF.
- b) de cujo credenciamento esteja irregular no SICAF ou deste tenha sido descredenciado em consequência da aplicação de sanção, com o registro de “inativo” na situação.
- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.



c.1) a vedação também se aplica ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

d) autor ou responsável pela elaboração do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, na condição de:

d.1) pessoa física ou jurídica.

d.2) empresa, isoladamente ou em consórcio.

d.3) empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% do capital com direito a voto.

d.4) responsável técnico ou subcontratado.

d.5) empresa integrante do mesmo grupo econômico.

e) que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do TRT 12ª Região ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

e.1) caracteriza vínculo também a existência no quadro societário de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, inclusive, de magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

f) que seja agente público do TRT 12ª Região ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

g) empresa controladora, controlada ou coligada, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

h) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

i) estrangeiro que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

j) Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

k) que não atenda às condições deste Edital.

l) que esteja sob falência ou insolvência civil, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação.

l.1) Será permitida a participação de empresa que apresente o ato de deferimento de recuperação judicial, com a expressão “em Recuperação Judicial” acrescida após o nome empresarial, desde que comprove não estar em débito com o sistema da seguridade social.

m) sociedade cooperativa.



m.1) Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

m.2) Nesse caso, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

n) pessoa física.

### 3. DO CREDENCIAMENTO JUNTO AO SICAF

3.1. O credenciamento deverá ser feito junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [Compras.gov.br](http://Compras.gov.br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.

3.1.1. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema implica a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão.

3.1.2. Não cabe ao provedor do sistema ou a este Tribunal qualquer responsabilidade por danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.2. A documentação exigida para cada nível de cadastramento encontra-se prevista no Manual do Sicafe, disponível no Portal de Compras do Governo Federal.

### 4. DA CONDUÇÃO DO CERTAME E DAS RESPONSABILIDADES

4.1. Na condução do certame, as normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

4.1.1. Na presente licitação, as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento antecedem a fase de habilitação.

4.2. O certame será conduzido pelo agente de contratação e pela equipe de apoio, devidamente designados pela autoridade competente do Tribunal, com o auxílio da equipe de planejamento da contratação e da assessoria jurídica em todas as fases do processo licitatório.

4.2.1. Para todas as referências de tempo será seguido o horário de Brasília (DF).

4.2.2. Na contagem dos prazos excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e os prazos só se iniciam e vencem em dias de expediente na Administração.

4.2.3. Caso o orçamento estimado da contratação tenha caráter sigiloso, ele será tornado público após a negociação e a definição do resultado do julgamento das propostas, sem prejuízo da divulgação das informações necessárias para a elaboração das propostas.

4.2.4. Poderão ser feitas diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, a confirmar a integridade e a autenticidade de documentos e a veracidade das informações, bem como a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, de maneira que o formalismo não seja excessivo e se sobreponha à forma necessária, à segurança jurídica e à vantajosidade da proposta.



4.2.4.1. As diligências serão feitas mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, e aos documentos e informações obtidos será atribuída a devida eficácia para fins de habilitação e classificação.

4.2.5. Quando a sessão pública for suspensa, em qualquer fase, a data e o horário da sua reabertura serão informados no sistema com, no mínimo, 24 horas de antecedência.

4.2.5.1. Esse procedimento será adotado especialmente nos casos em que seja necessário que o licitante esteja conectado para exercer seus direitos, a exemplo de abertura de prazo para manifestação de intenção de recurso ou de volta de fase em disputa.

4.2.6. A prática dos atos, a comunicação entre as partes e o envio de documentos deverá ser feito exclusivamente via sistema eletrônico do [Compras](#), nos campos próprios para troca de mensagens e arquivos entre o agente de contratação e os licitantes.

4.2.6.1. Serão definidos prazos razoáveis para resposta e prática de atos pelos licitantes, de forma que haja tempo hábil para que os interessados observem as mensagens do chat, especialmente quando a sessão se prolongar por mais de um dia.

4.2.6.2. Na impossibilidade de utilização do sistema ou a critério da Administração, devidamente motivado, o contato ou o envio de documentos poderá ser feito à SELIC por meio do *e-mail*, com o assunto da mensagem iniciando por “Pregão Eletrônico 4343/2026”, ou do endereço físico informados no item 20 do Edital.

4.2.6.3. Nos contatos que precisarem ser realizados pela Administração fora do sistema eletrônico do [Compras](#), será utilizado prioritariamente o correio eletrônico, endereçado aos *e-mails* informados nas propostas ou aos constantes do SICAF, reforçando a responsabilidade quanto à observância dos subitens 4.3.4 e 4.3.5 do Edital.

4.2.6.4. Eventuais contatos telefônicos, quando realizados, serão reduzidos a termo se necessário e juntados ao processo para formalizar e dar publicidade a qualquer tratativa efetuada no curso da licitação.

4.2.7. A disponibilização de documentos do processo poderá ser feita por meio da divulgação de cópia na Internet, no endereço <https://portal.trt12.jus.br/licitacoes>, ou do código de verificação da autenticidade da cópia, para consulta diretamente no endereço <https://proad.trt12.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml>.

4.2.8. A vista dos demais documentos que compõem os autos do processo licitatório será concedida aos interessados conforme procedimento detalhado no subitem 20.2 do Edital.

4.2.9. Ao final da sessão será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico, com o registro dos atos praticados durante o certame.

4.3. **Caberá única e exclusivamente ao licitante**, em especial, a responsabilidade:

4.3.1. por credenciar-se previamente no SICAF.

4.3.2. pelo sigilo e pelo uso das suas senhas pessoais e intransferíveis.

4.3.3. por comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4.3.4. por conferir a exatidão dos seus dados cadastrais, **em particular do seu endereço de correio eletrônico – e-mail**, e por mantê-los atualizados, corrigindo ou alterando os registros em caso de inconsistência, sob pena de inabilitação.



4.3.5. por incluir os *e-mails* do Tribunal, que terão como remetentes [cpl@trt12.jus.br](mailto:cpl@trt12.jus.br), [secon@trt12.jus.br](mailto:secon@trt12.jus.br) ou [naoresponda@trt12.jus.br](mailto:naoresponda@trt12.jus.br), na lista de endereços confiáveis do usuário para evitar que as mensagens sejam automaticamente descartadas ou filtradas como spam.

4.3.6. por assumir todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, pois a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

4.3.7. por remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, a proposta com o preço ou o desconto até a data e hora marcadas para abertura da sessão.

4.3.8. pelo acesso e por sua conexão com o sistema eletrônico, por acompanhar as operações durante a sessão pública do pregão, e também pelo ônus decorrente da sua desconexão ou da inobservância das mensagens enviadas pelo sistema.

4.3.9. pelo acompanhamento, com razoável frequência e regularidade, das mensagens deixadas no chat do sistema, especialmente quando a sessão se prolongar por mais de um dia.

4.3.10. pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, seus lances e os atos praticados, ainda que por terceiros.

4.3.11. por fornecer todo detalhamento, informações e documentos necessários à comprovação de que a proposta é exequível e atende plenamente às especificações do objeto.

4.3.12. pela integridade e pelo conteúdo dos arquivos encaminhados, sob pena de desclassificação em caso de problemas na descompactação, na leitura ou de compatibilidade.

4.3.13. pelo conhecimento e atendimento das condições previstas neste Edital, e pela manutenção das condições de habilitação exigidas, principalmente as referentes à regularidade fiscal e trabalhista, durante toda vigência da contratação e de sua execução, caso seja contratado.

4.3.14. por comunicar imediatamente ao Tribunal a ocorrência de qualquer alteração que possa comprometer o fornecimento do objeto.

4.3.15. por declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição ou requisito, que sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4.3.16. por peticionar junto ao Tribunal para requerer esclarecimentos, retificações no Edital ou revisão de atos, julgamentos e decisões praticados no curso da licitação.

4.3.17. por cumprir integralmente as condições firmadas em sua proposta e formalizadas em outro instrumento dela decorrente, como nota de empenho, ata de registro de preços, instrumento de contrato, entre outros, conforme o caso.

4.4. Caberá à autoridade competente a verificação da legalidade dos atos praticados na licitação, a determinação de sua correção jurídica ou de sua anulação, a avaliação de conveniência e oportunidade da contratação, a decisão sobre recursos administrativos interpostos ou outras petições feitas no curso do processo, a adjudicação do objeto e a homologação da licitação.

4.4.1. Atos que apresentarem defeitos sanáveis e que não evidenciem danos ao interesse público nem prejuízos a terceiros poderão ser convalidados.

## 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

5.1. A apresentação de proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, em conformidade com o que dispõe o edital, assumindo o proponente o





compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.2. O licitante deverá preencher o Termo de Aceitação, preenchendo as **declarações específicas** sobre as condições de participação, de habilitação e de cumprimento à legislação trabalhista, assinalando as declarações nos campos próprios do sistema, nos seguintes teores:

a) Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

b) Declaro que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

c) Atendo aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.

d) Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.

e) Cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

f) Manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

g) Cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

h) Observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.

i) Cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

5.3. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte (ME/EPP), previamente ao registro da proposta o licitante deverá declarar, sob as penas da Lei, que não ultrapassou o limite de faturamento e que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida Lei Complementar.

5.3.1. A assinalação do campo “não” permitirá que a empresa participe das licitações destinadas à ampla concorrência, mas impossibilitará o usufruto desse tratamento favorecido e impedirá a participação nos itens exclusivos para ME/EPP, mesmo que o licitante seja microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.4. Em seguida, a proposta deverá ser apresentada **exclusivamente por meio eletrônico no sistema Compras** antes da abertura da sessão pública, mediante:

5.4.1. **descrição geral** do objeto ofertado em campo próprio do sistema, se houver.

5.4.1.1. É facultada a utilização da expressão "de acordo com o edital" para declarar que o objeto ofertado atende aos requisitos sem detalhá-los neste momento.



5.4.2. **preenchimento do desconto ofertado** no campo “Valor Unitário(R\$)”, com, no máximo, duas casas decimais, considerando os preços praticados na plataforma Cília, adotada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

5.4.2.1. O desconto ofertado será incidente sobre o valor das peças e dos serviços de manutenção constantes da Plataforma de referência (o desconto ofertado será o mesmo para ambas as categorias).

5.4.2.2. Considerando o disposto no item 16.3 do Termo de Referência anexo, **o percentual mínimo de desconto aceito na presente licitação será de 10,00% em relação aos valores praticados na plataforma de preços anteriormente informada**. Será considerado ainda, o percentual limite de **15,00%** para o maior desconto, **acima do qual a empresa deverá demonstrar a exequibilidade da proposta/lance ofertado** caso venha a ser arrematante do item.

5.4.2.3. Nos preços ofertados deverão estar incluídas todas as despesas, custos e encargos que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto deste pregão.

5.4.3. preenchimento facultativo dos demais campos disponíveis no sistema com informações e detalhes acerca do objeto ofertado, sendo vedada a identificação do licitante.

5.5. Neste momento, até a abertura das sessão:

5.5.1. qualquer informação que possa identificar o licitante antes do término da etapa de lances, a exemplo de número de telefone, CNPJ e endereço de *e-mail*, importará na desclassificação da proposta;

5.5.2. os licitantes poderão retirar ou alterar sua proposta, preços e condições cadastradas, bem como retirar ou substituir documentos inseridos; e

5.5.3. não haverá ordem de classificação, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.6. Quando do cadastramento da proposta e desde que disponibilizada a funcionalidade pelo sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor de lance final, que possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o pregoeiro.

5.6.1. Dessa forma, os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitando o valor final registrado e o intervalo mínimo de diferença.

5.6.2. O valor de lance final poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedada a mudança para valor menos vantajoso do que o melhor lance já ofertado pelo fornecedor no sistema.

5.7. Após a abertura da sessão pública, a proposta e os documentos enviados não poderão mais ser excluídos ou alterados, ressalvada a alteração de preço decorrente de lances ofertados.

5.7.1. Pedidos de desistência da proposta feitos após a abertura da sessão não serão aceitos, salvo em caráter excepcional, no caso de motivo justo decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, apurado em processo administrativo e aceito pela Administração.

## 6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. Na data fixada para a realização do pregão, a sessão pública será aberta automaticamente pelo sistema no horário previsto no edital, com listagem das propostas de preços de cada item licitado, ordenadas automaticamente.





6.1.1. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada.

6.1.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo agente de contratação.

6.1.3. Caso o licitante tenha problemas com o acesso ou utilização do sistema eletrônico, poderá consultar o Portal de Compras, no endereço [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), para mais informações, ou então entrar em contato por meio do Portal de Atendimento, no endereço <https://portaldeservicos.economia.gov.br>, ou do telefone 0800 978 9001 para dúvidas, sugestões ou registro de chamados de suporte de segunda à sexta-feira, das 7h às 20h.

## 7. DA ETAPA DE ENVIO DE LANCES E DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

7.1. Após abertura da sessão pública, terá início a fase competitiva e os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.1.1. O pregoeiro, poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

7.1.2. Eventual exclusão de proposta do licitante implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

7.2. O licitante conectado ao sistema poderá oferecer lances sucessivos, desde que de percentual de desconto superior ao último por ele registrado, observado o intervalo mínimo de diferença de percentual.

7.2.1. Os lances deverão ser ofertados pelo **percentual de desconto do item**, com, no máximo, duas casas decimais, que será aplicado em relação ao valor estimado / de referência, que é de R\$ 82.713,38.

7.2.2. O intervalo mínimo de diferença de percentual entre os lances será de 0,01%, tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

7.2.3. O licitante poderá, **uma única vez**, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

7.2.4. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.3. O **modo de disputa** da fase competitiva será o **aberto**.

7.3.1. Nele, a etapa de envio de lances é **aberta** e terá **duração inicial de 10 minutos**.

7.3.2. Após esse período, **a etapa será prorrogada automática e sucessivamente pelo sistema por 2 minutos a cada novo lance ofertado**, contados a partir do horário do registro.

7.3.3. O sistema informará os valores dos lances e os seus horários de registro, sem revelar a identificação dos autores até o encerramento da fase de envio de lances e sem aceitar lances de valor igual, quando fará prevalecer aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.3.4. Caso nenhum lance seja ofertado no período de prorrogação da etapa, a disputa será automaticamente encerrada.



7.3.4.1. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações, mediante a convocação dos licitantes para apresentarem lances intermediários.

7.4. Após a etapa de envio de lances de cada item, o sistema detectará automaticamente eventual ocorrência de empate para que se realize o procedimento de desempate.

7.4.1. Constitui situação de empate ficto previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, a existência de proposta de ME/EPP igual ou diferente em até 5% em relação a melhor proposta, caso esta não seja de uma microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.4.1.1. A ME/EPP melhor classificada será convocada para, no prazo de 5 minutos, apresentar novo lance final para cobrir a melhor proposta e encerrar a disputa do item na condição de arrematante.

7.4.1.1.1. Se houver duas ou mais empresas empatadas, o sistema efetuará o sorteio de forma automática para definir a ordem de exercício da preferência.

7.4.1.2. Caso a convocada não ofereça lance, será convocada a próxima ME/EPP em situação de empate ficto, na ordem de classificação, para o exercício desse direito.

7.4.1.3. Não havendo oferta de lance por ME/EPP nessa situação de empate, segue-se a ordem de classificação e aplicam-se os próximos critérios de desempate, se for o caso.

7.4.1.4. Este critério de desempate não se aplica nas licitações cuja participação seja exclusiva de empresas ME/EPP e nas vedações constantes do artigo 3º, §4º da lei.

7.4.2. Em caso de empate real, o desempate ocorrerá para definir a ordem de classificação para exercício de direito em empate ficto, caso haja mais de um favorecido em igualdade de condições, ou a ordem de classificação final no certame.

7.4.2.1. Em caso de empate real entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

1º) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

2º) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

3º) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

4º) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.4.2.2. Persistindo o empate, em igualdade de condições será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por empresas:

1º) estabelecidas no território do Estado de Santa Catarina;

2º) brasileiras;

3º) que invistam em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia no País;

4º) que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.



7.4.2.3. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.5. Se o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de lances, mas permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos normalmente, sem prejuízo dos atos realizados, durante os primeiros 10 minutos.

7.5.1. Caso a desconexão para o pregoeiro persista por mais de 10 minutos, a sessão pública será suspensa e seu reinício será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo pregoeiro nos termos do subitem 4.2.5 do Edital.

7.6. A fase competitiva será encerrada após a etapa de envio de lances e a aplicação dos critérios de desempate, e o sistema ordenará as propostas por ordem de classificação no certame.

## 8. DA NEGOCIAÇÃO E DA CONVOCAÇÃO PARA O ENVIO DE DOCUMENTOS

8.1. A negociação será feita apenas em relação ao valor da proposta, diretamente com o licitante melhor classificado, pelo sistema eletrônico, mediante o envio de contraproposta.

8.1.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, na ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.2. Concluída a negociação, o licitante mais bem classificado será convocado, por meio do sistema eletrônico, para enviar a proposta comercial ajustada ao valor final, com as informações do **item 9**, e a documentação de habilitação, detalhada no **item 10**, no prazo de **24 horas**.

8.2.1. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período:

8.2.1.1. por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pela Administração e desde que tenha sido solicitado antes do fim do prazo inicialmente concedido; ou

8.2.1.2. de ofício, a critério da Administração, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

8.2.2. Após a entrega dos documentos, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

8.2.2.1. complementar informações acerca dos documentos já apresentados quando necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.

8.2.2.2. atualizar documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.2.2.3. sanar erros ou falhas nos termos estabelecidos no subitem 4.2.4, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação das propostas e de habilitação.

8.2.2.3.1. Caracteriza-se como erro ou falha sanável, e não como apresentação de novo documento, o envio posterior de documento, que já existia ou que já poderia existir, que se destina a atestar uma condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame, mas que não foi enviado anteriormente.

8.2.2.4. demonstrar a exequibilidade da sua proposta, quando exigido.



8.2.3. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa, não mantiver sua proposta, em especial quando:

- 8.2.3.1. não enviar a proposta ajustada quando convocado;
- 8.2.3.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 8.2.3.3. pedir para ser desclassificado após a etapa competitiva; ou
- 8.2.3.4. deixar de apresentar amostra quando exigível.

## 9. DO CONTEÚDO DA PROPOSTA COMERCIAL

9.1. A **proposta comercial** deverá ser devidamente **assinada pelo representante legal** e detalhar o bem ofertado com no mínimo as seguintes informações:

### 9.1.1. Detalhamento dos serviços ofertados.

9.1.1.1. Anexa à proposta comercial pode ser enviada documentação técnica complementar para facilitar a comprovação das características do objeto ofertado.

9.1.2. **Valor do desconto (em percentual) ofertado**, com, no máximo, duas casas decimais.

9.1.2.1. Os valores unitários devem ser preenchidos apenas até a segunda casa decimal e desconsiderar as demais, para que não haja erros quanto à formação do valor total.

9.1.3. **Início da execução** em 1º de julho de 2026.

9.1.4. **Prazo de garantia** das peças, materiais e dos serviços conforme Termo de Referência anexo.

9.1.5. **Prazo de validade da proposta** não inferior a 60 dias da data do pregão.

9.1.5.1. A proposta que omitir o prazo de validade será considerada como válida pelo período de 60 dias.

9.1.6. **Dados do fornecedor**, com CNPJ da unidade que efetuar o faturamento, endereço completo e telefone.

9.1.7. **Endereço(s) de correio eletrônico – e-mail.**

9.1.7.1. A comunicação por *e-mail* será a forma oficialmente adotada nas etapas posteriores ao uso do sistema, por isso a importância do(s) endereço(s) estar(em) atualizado(s).

9.1.8. **Dados Bancários**, com Banco, Agência e número de Conta Corrente.

9.1.9. **Nome e cargo** do responsável pelo preenchimento da proposta, acompanhado do instrumento de comprovação de poderes para representar o licitante.

9.1.10. Informações complementares facultativas:

9.1.10.1. Indicação de preposto representante da empresa, com telefone e *e-mail* para contato.

9.1.10.2. Indicação do responsável pela assinatura do contrato, com respectivo cargo na empresa, número da identidade, CPF, *e-mail* funcional e cópia digitalizada de documento oficial de identificação com foto, para cadastramento conforme subitem 20.2.



## 10. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1. Além das declarações afirmativas de atendimento aos requisitos do subitem 5.2, feitas diretamente no sistema, os documentos de habilitação deverão ser apresentados pelo arrematante, quando convocado pelo pregoeiro, e possuir validade até, pelo menos, a data prevista para a sessão.

10.1.1. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação referentes a provas de regularidade que já constem do SICAF ou de registro cadastral mantido por órgão ou entidade pública, desde que feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

10.2. Referente à **habilitação jurídica** será exigida a apresentação de:

10.2.1. Documento de comprovação de existência jurídica da pessoa e da capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, a exemplo das formas a seguir:

10.2.1.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

10.2.1.2. No caso de Microempreendedor Individual – MEI, Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, quando permitida a participação.

10.2.1.3. No caso de ser o participante sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

10.2.1.4. No caso de sociedade simples, inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

10.2.1.5. No caso de sociedade por ações, o ato constitutivo, acompanhado da ata da eleição de seus administradores, registrados na Junta Comercial.

10.3. Referente à **habilitação fiscal, social e trabalhista** será exigida a apresentação de:

10.3.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

10.3.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

10.3.3. Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida em conjunto pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

10.3.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante.

10.3.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante.

10.3.6. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal – CEF.

10.3.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho.



10.4. Referente à **qualificação técnica** será exigida a apresentação de:

10.4.1. Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução satisfatória de serviços de manutenção automotiva na manutenção de veículos em frota de pelo menos 10 veículos de forma concomitante abrangendo, ao menos, três (03) das seguintes marcas: Chevrolet, Fiat, Mercedes-Benz, Ford, Toyota, Mitsubishi e/ou Renault.

10.4.1.1. Os atestados deverão comprovar que a licitante executou, de forma contínua, por período mínimo de 2 (dois) anos, serviços de manutenção automotiva similares aos ora licitados, demonstrando experiência prévia na execução de atividades compatíveis em complexidade, quantidade e relevância com o objeto contratual.

10.5. Será exigido também que o licitante **assinale a opção “sim” nas declarações** específicas constantes do subitem 5.2 quando do cadastramento da proposta no sistema.

10.6. A regularidade será comprovada em regra com a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, ou excepcionalmente por outro meio idôneo legalmente aceito.

10.6.1. Os documentos de habilitação fiscal, social e trabalhista poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

10.7. Os documentos obtidos via Internet estarão sujeitos à verificação da autenticidade no site correspondente, enquanto os demais documentos poderão ser apresentados em fotocópia simples, sem prejuízo do disposto no subitem 4.2.4 do Edital.

10.8. Restrições à regularidade fiscal e trabalhista não impedem a participação de **microempresa e empresa de pequeno porte**, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

10.8.1. Deverá ser apresentada toda a documentação, mesmo que com restrição, e será concedido prazo para a regularização caso seja declarada vencedora do certame.

10.9. O licitante vencedor deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

## 11. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

11.1. Inicialmente será feita a verificação da existência de sanções que impeçam a participação no certame ou a contratação com a Administração e, consequentemente, impliquem sua desclassificação, juntando-se ao processo as seguintes consultas:

a) Portal da Transparência, em relação ao detalhamento de sanções vigentes (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>) do:

- a.1) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS; e
- a.2) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

b.1) Essa consulta será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

c) Ocorrências impeditivas ativas no SICAF.





c.1) Eventuais ocorrências apontadas pelo SICAF como impeditivas indiretas não implicarão, por si só, a inabilitação, e poderão ensejar a abertura de processo administrativo específico para apuração de possível tentativa de abuso do direito.

11.2. Após a entrega da proposta e da documentação, registrar-se-á na sessão que o item será encaminhado à área técnica e/ou demandante da contratação para análise e manifestação.

11.2.1. Caso a proposta melhor classificada consigne valores superiores aos inicialmente estimados na fase de planejamento, para seu aceite em caráter excepcional deverá constar justificativa e nova pesquisa de preços, para verificar eventual alteração dos valores praticados no mercado, com a consequente alteração do valor estimado da contratação.

11.2.2. A justificativa e o resultado da nova pesquisa serão submetidos à análise e decisão da autoridade competente da contratação quanto à possibilidade de aceite da proposta.

11.3. No julgamento da proposta, será arrematante o licitante que ofertar o **maior desconto sobre o valor das peças e dos serviços de manutenção, constantes da Plataforma de referência (Plataforma Cilia)**, desde que atendidas as especificações do objeto e as disposições deste Edital.

11.3.1. Haverá indício de inexequibilidade quando a proposta ofertar **desconto superior a 15,00% ao valor orçado** pela Administração, que demandará diligência para esclarecimento.

11.3.1.1. A proposta somente será considerada inexequível após diligência que comprove que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta e que inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.3.2. Será desclassificada a proposta que:

- a) conter vícios insanáveis.
- b) não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no Edital.
- c) apresentar preços inexequíveis;
- d) não tiver a exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;
- f) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do Edital, desde que insanável;
- g) evidenciar alguma das condutas descritas no subitem 8.2.3 do Edital.

11.4. No julgamento da habilitação, será avaliado o atendimento pelo licitante melhor classificado dos critérios de habilitação fixados, com a demonstração de sua capacidade em realizar o objeto da licitação.

11.4.1. Será verificado o cumprimento das condições de participação previstas no Edital por meio de consulta ao SICAF, em relação aos documentos por ele abrangidos, e da análise da documentação enviada pelo licitante.

11.4.2. A verificação pelo pregoeiro em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.4.3. ME/EPP com restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista será considerada habilitada e assegurado-lhe o prazo de 5 dias úteis para a regularização, a contar do momento em que for declarada vencedora do certame.



11.4.3.1. O prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração e desde que solicitado antes do término do prazo inicial.

11.4.3.2. A não regularização da documentação implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

11.5. Na análise dos documentos, poderão ser realizadas diligências conforme previsto nos subitens 4.2.4 e 8.2.2 do Edital.

11.5.1. Em caso de desclassificação ou inabilitação, o pregoeiro examinará as próximas propostas, na ordem de classificação, verificando a aceitabilidade e procedendo à habilitação.

11.6. O licitante que tenha sua proposta aceita e que seja julgado habilitado será declarado vencedor do certame.

## 12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. Cabe recurso, a ser interposto mediante dois procedimentos distintos e sucessivos – manifestação de intenção e apresentação das razões – em face dos atos de:

12.1.1. julgamento das propostas.

12.1.2. habilitação ou inabilitação de licitante.

12.1.3. anulação ou revogação da licitação.

12.2. A **manifestação de intenção de recorrer** poderá ser feita por qualquer licitante, **de forma imediata**, em campo próprio do sistema, **no prazo de até 30 minutos** após a conclusão da habilitação e a declaração do vencedor.

12.2.1. A ausência de manifestação tempestiva da intenção de recorrer importará em preclusão, e o pregoeiro encaminhará o processo à autoridade competente para adjudicação do objeto e homologação da licitação.

12.3. Será concedido o **prazo de 3 dias úteis para a apresentação das razões do recurso** em campo próprio do sistema eletrônico.

12.3.1. A ausência das razões recursais também importará em preclusão, e o pregoeiro encaminhará o processo à autoridade competente para adjudicação e homologação.

12.4. Os demais licitantes poderão apresentar **contrarrazões ao recurso interposto, no prazo de 3 dias úteis, contados da data de intimação pessoal ou de divulgação das razões recursais**, em campo próprio do sistema eletrônico, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

12.5. Na análise das razões e contrarrazões, o pregoeiro poderá reconsiderar a decisão objeto do recurso ou submetê-lo, devidamente informado, à consideração da autoridade superior, que proferirá decisão administrativa definitiva antes da adjudicação do objeto ao vencedor e da homologação do procedimento.

12.5.1. O recurso administrativo interposto terá efeito suspensivo até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.5.2. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não puderem ser aproveitados.

12.6. O recurso que não for conhecido não impedirá a Administração de rever de ofício qualquer ato ilegal, desde que não ocorrida preclusão administrativa.



### 13. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

13.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o pregoeiro encaminhará o processo à autoridade competente.

13.2. A autoridade competente, ao julgar regular o processo licitatório e entender que estão mantidas a conveniência e a oportunidade da contratação, adjudicará o objeto ao vencedor e homologará o processo licitatório.

13.2.1. Caso sejam constatadas irregularidades no processo, a autoridade competente pode determinar o retorno dos autos para saneamento.

13.2.2. Em caso de ilegalidade insanável, a autoridade competente procederá à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, indicando expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam.

13.2.2.1. Caso a ilegalidade seja constatada durante a execução contratual, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, com avaliação dos aspectos constantes do art. 147 da Lei nº 14.133/2021.

13.2.3. Por motivo de conveniência e oportunidade, resultante de fato superveniente devidamente comprovado, a autoridade competente poderá revogar a licitação.

13.2.4. Nos casos de anulação e revogação será assegurada prévia manifestação dos interessados.

13.3. Esses atos não conferem ao licitante vencedor direito à contratação, pois geram apenas expectativa de direito, a ser confirmado com a assinatura do termo de contrato.

### 14. DA EMISSÃO DA NOTA DE EMPENHO

14.1. Após a homologação do resultado, o licitante vencedor será convocado para retirar a Nota de Empenho, que será emitida e disponibilizada para acesso no site deste Tribunal – <https://portal.trt12.jus.br/licitacoes>.

14.1.1. A comunicação da disponibilização da Nota de Empenho será feita **exclusivamente para o endereço de e-mail informado pelo licitante**, observando-se o previsto nos subitens 4.3.4 e 4.3.5 deste Edital.

14.2. As despesas correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

#### **Programa de Trabalho**

02.122.0033.4256.0042 - 0000

Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

#### **Natureza da Despesa**

3390.30 - Material de Consumo

3390.39 - Outros Serviços de Terceiros – PJ



## 15. DA ASSINATURA DO CONTRATO

15.1. O instrumento de contrato será disponibilizado no Portal PROAD e o adjudicatário será convocado, conforme procedimento previsto no subitem 20.2, para assinatura no prazo máximo de 5 dias úteis a contar da data do envio do *e-mail* descrito no subitem 20.2.4, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, observando-se o previsto no subitem 4.3.5 deste Edital.

15.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

15.1.2. Na impossibilidade da realização da assinatura por meio do Portal PROAD, o licitante deverá solicitar a assinatura em documento físico à Seção de Contratos – SECON, por meio do *e-mail* [secon@trt12.jus.br](mailto:secon@trt12.jus.br) ou dos telefones (48) 3216-4092 ou 3216-4161.

15.1.2.1. Nessa hipótese, o instrumento de contrato será encaminhado à empresa adjudicatária por *e-mail*, devendo ser devolvido no prazo de 5 dias úteis a contar do recebimento.

15.2. No momento da assinatura do contrato, o adjudicatário deverá comprovar vínculo profissional dos responsáveis técnicos mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

15.2.1. Se empregado, cópia da CTPS ou Ficha de Registro de Empregado.

15.2.2. Se sócio, Contrato Social ou última alteração.

15.2.3. Se contratado, documentação comprobatória correspondente.

15.3. Na hipótese de o vencedor não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para:

15.3.1. celebrar a contratação nas condições propostas pelo licitante vencedor;

15.3.2. negociar com vistas a obtenção de preço melhor, mesmo que menos vantajoso que o do licitante vencedor, caso nenhum aceite a contratação nos termos do licitante vencedor;

15.3.3. celebrar a contratação nas condições ofertadas pelo próprio licitante, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15.4. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.

## 16. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

16.1. A execução do objeto da presente licitação, incluindo os Níveis Mínimos de Serviço (NMS), se dará conforme cláusula “DA EXECUÇÃO DO CONTRATO” prevista na minuta do termo de contrato anexa.

## 17. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

17.1. A liquidação e o pagamento serão efetuados de acordo com a cláusula “DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO” prevista na minuta do termo de contrato anexa.



## 18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Durante o certame, ficará sujeito às seguintes sanções, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, o licitante que cometer qualquer das infrações abaixo.

18.1.1. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal direta e indireta, pelo prazo máximo de 3 anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave em relação às seguintes condutas do licitante:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame.
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro dos prazos de validade de sua proposta.

18.1.2. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual, Distrital e Municipal, direta e indireta, pelo prazo mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos, em relação às seguintes condutas do fornecedor:

- a) praticar qualquer das infrações nas letras “a” a “c” do subitem anterior quando se justificar a imposição de penalidade mais grave que a sanção nele referida.
- b) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
- c) fraudar ou praticar ato fraudulento na licitação.
- d) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- e) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- f) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/ 2013.

18.1.3. Multa compensatória, estipulada em valor entre 0,5% e 30% sobre o valor da contratação, por qualquer das infrações elencadas nas letras dos subitens anteriores, e poderá ser aplicada cumulativamente com aquelas sanções.

18.2. O licitante contratado ficará sujeito às sanções previstas na cláusula “DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS” da minuta do termo de contrato anexa.

18.3. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos em lei ou para provocar confusão patrimonial.

18.3.1. Nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

18.4. Na aplicação das sanções definidas neste Edital serão observados os conceitos, critérios, prazos e procedimentos estabelecidos na Portaria PRESI nº 340/2022 do TRT 12ª Região, publicada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho de 13 de junho de 2022 e disponível no endereço <https://dspace.trt12.jus.br//handle/123456789/77013>.



## 19. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

19.1. Os pedidos de esclarecimento sobre os termos do Edital deverão ser enviados para o e-mail [cpl@trt12.jus.br](mailto:cpl@trt12.jus.br) até 3 dias úteis antes da data de abertura da sessão pública.

19.2. Impugnações ao Edital por irregularidades poderão ser feitas até 3 dias úteis antes da data da abertura da sessão pública, por meio do e-mail [cpl@trt12.jus.br](mailto:cpl@trt12.jus.br).

19.2.1. A impugnação não possuirá efeito suspensivo, salvo em caráter excepcional devidamente motivado nos autos do processo da licitação.

19.2.2. Caso a impugnação seja julgada procedente e implique alteração dos termos do Edital, a licitação será republicada, com marcação de nova data para a sessão.

19.3. As respostas aos pedidos de esclarecimento e às impugnações serão divulgadas ao público exclusivamente na página do Tribunal na Internet, no endereço <https://portal.trt12.jus.br/licitacoes>, e vincularão os participantes e a Administração.

19.4. Petições feitas no curso do certame que não sejam conhecidas como pedido de esclarecimento, impugnação ou recurso administrativo serão também juntadas ao processo e analisadas oportunamente pela autoridade competente.

## 20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Toda correspondência física deverá ser endereçada à Coordenadoria de Cadastramento de Recursos aos Tribunais Superiores – PROTOCOLO, situada na Rua Esteves Júnior, nº 395, Centro, 88015-905, Florianópolis/SC, entre 12 e 18 horas, aos cuidados da Seção de Preparo de Licitações – SELIC.

20.2. Os procedimentos de vista à documentação do processo e de assinatura do contrato serão feitos via Portal PROAD, após cadastramento prévio do representante legal mediante o envio dos seguintes dados:

- a) Nome Completo, CPF, RG e órgão expedidor.
- b) E-mail funcional do representante e telefone de contato.
- c) Endereço completo da empresa, com CEP.
- d) Cópia digitalizada de documento oficial de identificação com foto.

20.2.1. Essas informações deverão ser enviadas por e-mail para:

- 20.2.1.1. [cpl@trt12.jus.br](mailto:cpl@trt12.jus.br) no caso de pedido de vista à documentação; ou
- 20.2.1.2. [secon@trt12.jus.br](mailto:secon@trt12.jus.br) no caso de assinatura do contrato.

20.2.2. O representante receberá em seu e-mail uma mensagem com o assunto “PROAD (TRT/SC): Liberação de acesso”, contendo um link para conclusão do cadastramento, que deverá ocorrer no prazo de 2 (dois) dias úteis.

20.2.2.1. Os e-mails enviados pelo Portal PROAD terão como remetente “[naoresponda@trt12.jus.br](mailto:naoresponda@trt12.jus.br)”, que deve ser incluído na lista de endereços confiáveis do usuário para evitar que as mensagens sejam automaticamente descartadas ou filtradas como spam.

20.2.3. O representante legal deverá definir duas senhas, pessoais e intransferíveis: uma para acesso e visualização de documentos, outra para assinatura de documentos.





20.2.4. Concluído o cadastramento, o acesso a cada documento será concedido por meio de link individual enviado por *e-mail*, com o assunto: “PROAD: Convite para visualizar” ou “PROAD: Convite para assinar”.

20.2.5. O tratamento dos dados pessoais coletados em decorrência do presente Edital está em integral conformidade com a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD).

20.2.6. Especialmente em relação à proteção e às finalidades de utilização, o tratamento desses dados prescinde de consentimento do titular, inclusive para eventual compartilhamento, e terão sua publicidade de acordo com as exigências legais.

20.3. Informações técnicas referentes ao objeto deverão ser obtidas junto à Secretaria de Segurança Institucional e Polícia Judicial do Tribunal, com o Sr. Claudionor da Silva, no horário das 12 às 19 horas, pelo telefone (48) 3216- 4289 ou pelo *e-mail* [ssi@trt12.jus.br](mailto:ssi@trt12.jus.br).

20.4. Informações complementares poderão ser obtidas junto à Seção de Preparo de Licitações – SELIC, no horário das 12 às 19 horas, pelos telefones (48) 3216-4069 ou pelo *e-mail* [cpl@trt12.jus.br](mailto:cpl@trt12.jus.br).

Florianópolis, 07 de maio de 2026.

Original assinado eletronicamente no  
Processo Administrativo Virtual - PROAD

ALEX WAGNER ZOLET  
Coordenador de Licitações e Contratos substituto

Original assinado eletronicamente no  
Processo Administrativo Virtual - PROAD

ARTUR PRANDIN CURY  
Chefe da Seção de Preparo de Licitações



## APÊNDICE I

### GLOSSÁRIO

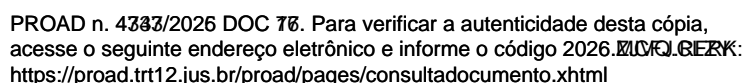
A seguir são apresentadas algumas definições, de forma bem simplificada, para facilitar a compreensão das etapas da licitação e dos termos do Edital por parte dos interessados, mas que não se sobrepõem à correta e completa definição legal, jurídica e doutrinária das expressões.

Expressão	Definição
<u>Adjudicação</u>	Ato pelo qual a Administração atribui ao licitante vencedor o objeto da licitação, conferindo-lhe o direito subjetivo de não ser preterido em favor de outro licitante.
<u>Apresentação da proposta</u>	Ato do interessado que formaliza sua participação no certame, que pressupõe o pleno conhecimento dos termos do Edital e o atendimento integral das exigências previstas.
<u>Arrematante</u>	Licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar na disputa, mas que ainda não teve sua proposta aceita ou ainda não foi julgado habilitado.
<u>Contratado</u>	Licitante a quem tenha sido adjudicado o objeto, responsável por executá-lo após ter firmado termo de contrato com a Administração ou recebido instrumento equivalente, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.
<u>Credenciamento</u>	Etapla prévia à participação no certame, que objetiva identificar o representante legal para praticar os atos concernentes à licitação em nome do participante. No SICAF é o nível básico do registro cadastral, que permite a participação dos interessados nas modalidades licitatórias em sua forma eletrônica pelo Compras.gov.br.
<u>Declaração de vencedor</u>	Ato praticado pelo pregoeiro imediatamente após a habilitação do licitante detentor da melhor proposta aceita, que serve de termo inicial do prazo de interposição de recurso.
<u>Documentos de habilitação</u>	Documentos exigidos para comprovação da habilitação do licitante para o certame.
<u>Empate ficto</u>	Situação em que propostas de valores distintos devem ser consideradas empatadas em razão de tratamento favorecido previsto em legislação específica.
<u>Empate real</u>	Situação em que os valores das propostas são exatamente idênticos. Pode ocorrer somente em relação a propostas sem lances ofertados na fase aberta ou em relação a lances ofertados na fase fechada, quando houver.
<u>Empenho</u>	Etapla de reserva dos recursos necessários e de criação da obrigação de pagar quando o bem for entregue ou o serviço for prestado, com a emissão de Nota de Empenho.
<u>Etapla de envio de lances</u>	Também conhecida como fase competitiva, é aquela após a classificação das propostas na qual o licitante pode encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, para melhorar sua proposta e disputar a melhor classificação no certame.
<u>Habilitação</u>	Fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação.
<u>Homologação</u>	Ato pelo qual a Administração ratifica a validade e a regularidade de todo o procedimento licitatório após a verificação da legalidade dos atos praticados, conferindo-lhes aprovação para que produzam os efeitos jurídicos necessários.
<u>Impugnação</u>	Solicitação de <u>alteração de termos e critérios do Edital</u> , feita por qualquer interessado, em face da existência de alguma condição que ele entenda ser irregular ou ilegal.
<u>Julgamento</u>	Etapla em que se verifica se o detalhamento da proposta e as condições de habilitação do licitante atendem aos critérios estabelecidos no Edital, e decide-se pelo seu aceite ou pela sua rejeição por alguma irregularidade, inconsistência, desconformidade ou insuficiência.
<u>Lance</u>	Valor registrado pelo licitante no decorrer da sessão, com vistas a vencer a disputa, que melhora sua proposta de contrapartida para fornecer o bem ou realizar o serviço.



Expressão	Definição
<u>Liquidação</u>	Etapa posterior ao empenho, que consiste na verificação, conferência e comprovação de que o bem foi entregue ou de que o serviço foi prestado, até o reconhecimento da despesa e do dever de pagar.
<u>ME/EPP</u>	Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, assim consideradas de acordo com o enquadramento previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006.
<u>Negociação</u>	Fase em que o pregoeiro pode realizar contraproposta de preço, na busca de maior vantajosidade na contratação para a Administração.
<u>Nota de empenho</u>	Documento que formaliza a reserva orçamentária para a despesa, e que indica o nome do fornecedor, a representação e a importância da despesa.
<u>Pagamento</u>	Etapa posterior à liquidação, que consiste no repasse do valor ao fornecedor do bem ou ao prestador do serviço contratado, por meio de crédito em conta bancária.
<u>Pedido de esclarecimento</u>	Solicitação de <u>explicação</u> , feita por qualquer interessado, em relação a alguma condição do certame ou ponto do Edital que estejam confusos ou que precisem de mais detalhes.
<u>PNCP</u>	Portal Nacional de Contratações Públicas, sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada de licitações e contratações.
<u>Portal PROAD</u>	É a ferramenta disponibilizada pelo Tribunal na Internet para que o interessado, por meio de acesso com nome de usuário e senha, possa visualizar e até mesmo assinar eletronicamente documentos de um processo no PROAD.
<u>PROAD</u>	Processo Administrativo Virtual, que reúne em meio digital todos os documentos que integram um processo administrativo, inclusive os referentes a licitações e contratos.
<u>Proposta comercial</u>	Documento firmado pelo licitante que formaliza sua proposta e detalha as características do bem ou serviço ofertado, os preços e as demais condições.
<u>Proposta final</u>	Valor obtido após o término da etapa de lances e da negociação.
<u>Proposta inicial</u>	Valor da proposta inicialmente cadastrado no portal para poder participar da disputa.
<u>Recurso administrativo</u>	Petição feita pelo licitante à autoridade competente para a revisão de ato praticado, de julgamento realizado ou de decisão tomada durante o certame, em especial quanto à habilitação ou inabilitação de licitante e quanto a aceite ou desclassificação de proposta.
<u>Sessão Pública</u>	Evento que reúne todos os atos praticados na licitação, da classificação das propostas à homologação, e que pode ser acompanhado pelos interessados e pelo público em geral.
<u>SIASG</u>	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais, instrumento de apoio, transparência e controle na execução das atividades do SISG, e que contém os módulos de Compras Públicas, entre eles o <a href="http://Compras.gov.br">Compras.gov.br</a> (antigo Comprasnet).
<u>SICAF</u>	Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, módulo para cadastro de fornecedores de materiais e serviços no âmbito da Administração Pública Federal. Uma vez inscrito no SICAF, o fornecedor estará cadastrado perante qualquer órgão ou entidade que utiliza o SIASG para participar de suas licitações e contratações.
<u>SISG</u>	Sistema Integrado de Serviços Gerais, parte de um sistema administrativo que engloba toda a Administração Pública Federal para coordenação da logística pública.
<u>Sistema Compras</u>	Módulo do Portal de Compras do Governo Federal, na Internet, utilizado para realizar licitações e contratações de forma eletrônica (antigo Comprasnet SIASG) por parte dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal ou conveniadas.
<u>Vencedor</u>	Licitante melhor classificado ao final da sessão, após ter sua proposta aceita e ter sido julgado habilitado para participar do certame.





## 2.1. Natureza do Objeto

**O objeto da contratação tem natureza de serviço comum**, na forma do inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, uma vez que trata de serviços cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

## 2.2. Duração do contrato

**2.2.1.** O contrato vigorará por 12 (doze) meses a partir da data da assinatura.

Essa alternativa permitirá que a administração analise periodicamente a vantajosidade econômica e administrativa da contratação, além de oportunamente avaliar a conveniência de manter a empresa contratada

**2.2.2.** Tratando-se de contrato cuja a prestação de serviço é de natureza contínua, o contrato poderá ser prorrogado por até 10 anos, a critério do Contratante e mediante a anuência da Contratada, por meio de termos aditivos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

## 2.3 Quantitativo:

### Composição da Frota:

A frota para o ano de 2026 contará com 25 (vinte e cinco) veículos, conforme detalhamento abaixo e, dos quais, apenas 10 ( dez ), ainda se encontram em garantia de fábrica.

Tanto o quantitativo como o qualitativo de veículos descritos abaixo poderão ser alterados em virtude de novas aquisições, rodízio da frota, empréstimos, cessões, locações ou desfazimento dos veículos existentes.

A quantidade de veículos indicada visa somente oferecer aos licitantes elementos para avaliação potencial de serviços, sendo que tal quantitativo não constitui, sob nenhuma hipótese, garantia de volume de serviço a ser requisitado, reservando-se ao TRT12 o direito de alterar a distribuição da frota, adaptando-se às suas necessidades.



**Frota atualizada:**

Relação de Veículos do TRT-12					
Ordem	Veículo	Placa	Ano de Fabricação	Vencimento da Garantia de fábrica	Combustível
1	Spin LTZ	OKH 8468	2014	Fora da garantia de fábrica	Gasolina/Alcool
2	Spin LTZ	OKH 8498	2014	Fora da garantia de fábrica	Gasolina/Alcool
3	Spin LTZ	OKH 8588	2014	Fora da garantia de fábrica	Gasolina/Alcool
4	Doblo	QJQ 4161	2018	Fora da garantia de fábrica	Gasolina/Alcool
5	Doblo	QJQ 4171	2018	Fora da garantia de fábrica	Gasolina/Alcool
6	Fiat Weekend	QHX 4250	2016	Fora da garantia de fábrica	Gasolina/Alcool
7	Fiat Weekend	QHX 4270	2016	Fora da garantia de fábrica	Gasolina/Alcool
8	Fiat Weekend	QHX 4280	2016	Fora da garantia de fábrica	Gasolina/Alcool
9	Fiat Weekend	QHX 4290	2016	Fora da garantia de fábrica	Gasolina/Alcool
10	Cargo LIGTH	QIZ 4039	2017	Fora da garantia de fábrica	diesel
11	Focus SE 2.0	QHD 8269	2015	Fora da garantia de fábrica	Gasolina/Alcool
12	Fusion 2.5	QHI 0907	2015	Fora da garantia de fábrica	Gasolina/Alcool
13	Sprinter 415	MLI 2149	2014	Garantia até 75000 km	diesel
14	Sprinter 413	QIX 5389	2017	Garantia até 75000 km	diesel
15	Sprinter 313	MIF 5652	2011	Fora da garantia de fábrica	diesel
16	Triton Out	RXS5A56	2022	Fora da garantia de fábrica	diesel
17	Duster	OKG 9246	2014	Fora da garantia de fábrica	Gasolina/Alcool





18	Corolla Altis	RYD7B18	2022	Novembro de 2029	Híbrido
19	Corolla Altis	RYD7B58	2022	Novembro de 2029	Híbrido
20	Corolla Altis	RYD7B98	2022	Novembro de 2029	Híbrido
21	Corolla Cross	RYO3H86	2023	Março de 2030	Híbrido
22	Corolla Cross	RYO3I16	2023	Março de 2030	Híbrido
23	<b>BYD Song GL DM-i</b>	TPT1I50	2025	dezembro de 2033	Híbrido
24	<b>BYD Song GL DM-i</b>	TPT1G90	2025	dezembro de 2033	Híbrido
25	<b>BYD Song GL DM-i</b>	TPT1H30	2025	dezembro de 2033	Híbrido

**Dos veículos recém-incorporados recentemente à frota (em garantia de fábrica)**



Registre-se que, **no curso da instrução do presente procedimento**, o Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região adquiriu 03 (três) veículos modelo BYD SONG PRO GS DM, ano/modelo 2025/2026, os quais passaram a integrar a frota oficial.

Considerando que os referidos veículos encontram-se cobertos por garantia de fábrica pelo prazo de 5 (cinco) anos, as manutenções preventivas e corretivas que impliquem preservação da garantia deverão, obrigatoriamente, ser realizadas na rede autorizada do fabricante enquanto vigente o período de garantia, nos termos do manual do proprietário e das condições do fabricante.

Ressalte-se que, por se tratarem de veículos 0 km, recém-incorporados à frota e ainda sem histórico de despesas de manutenção, estes foram apresentados em item apartado e não foram considerados na planilha estimativa de gastos que fundamenta a presente contratação.

Não obstante, os veículos permanecem vinculados ao escopo da contratação para fins de:

- registro e controle da frota;
- execução de serviços não cobertos pela garantia;
- eventual absorção integral pelo contrato após o término da garantia;
- demais serviços compatíveis que não impliquem perda da garantia de fábrica.

**Observação:** Os veículos BYD SONG PRO GS DM incorporados à frota possuem garantia de fábrica pelo prazo de **5 (cinco) anos**, sem limite de





### Revisões Preventivas:

- As revisões preventivas dos veículos que compõem a frota devem ser feitas, a princípio, a cada 12 meses ou 10 mil quilômetros percorridos, ou de acordo com o manual do fabricante.
- A manutenção preventiva compreende as revisões periódicas descritas no manual do fabricante ou indicadas pela Contratante, com trocas de peças e serviços visando a prevenção de falhas.
- As revisões preventivas fora deste período serão indicadas e justificadas pelo diretor da SSI-PJ.
- As revisões preventivas dos veículos que ainda estão em garantia de fábrica deverão ser feitas obrigatoriamente em concessionárias ou empresas credenciadas pelas montadoras.

### Revisões Corretivas:

- As revisões corretivas serão realizadas de acordo com a demanda.
- A manutenção corretiva compreende a restauração da operacionalidade do veículo por substituição de peças e execução de ajustes técnicos sempre que forem detectadas falhas.

**Observação:** Devem ser observadas as revisões obrigatórias em garantia nas concessionárias da marca do veículo, durante o prazo de garantia legal. **Nesse caso, a responsabilidade não é da contratada.**

### Quantidade a ser contratada

Contratação de **empresa especializada** na **prestação de serviços de manutenção** — preventiva e corretiva — para os **veículos oficiais da frota deste Tribunal Regional do Trabalho**, bem como para os veículos que venham a ser incorporados durante a vigência contratual.

Importa destacar que a **quantidade a ser contratada é variável e sob demanda**, diretamente relacionada ao uso dos veículos, ao desgaste natural decorrente da utilização contínua, à quilometragem rodada e às condições operacionais



enfrentadas pela frota. Assim, a contratação deve prever flexibilidade e escalabilidade, conforme a real necessidade do Tribunal.

### **Pontos a serem observados para a previsão e variação de gastos durante a gestão da frota:**

- **Condições de uso dos veículos:** A intensidade e o tipo de utilização influenciam significativamente a frequência e o tipo de manutenção necessária. Veículos utilizados em áreas urbanas com tráfego intenso ou em longas distâncias tendem a apresentar desgaste mais acelerado.
- **Idade e quilometragem da frota:** Veículos mais antigos ou com alta quilometragem naturalmente demandam manutenções mais frequentes e complexas, além de substituição de componentes mais caros.
- **Tipo de manutenção requerida:** A natureza dos serviços varia entre intervenções de menor complexidade (como trocas de fluidos e filtros) até reparos estruturais e substituições de peças específicas, cujo custo pode ser significativamente mais elevado.
- **Imprevisibilidade de falhas mecânicas:** Mesmo com manutenções preventivas regulares, podem ocorrer falhas inesperadas que exijam reparos imediatos, muitas vezes com aquisição urgente de peças específicas.
- **Flutuação nos preços de peças e insumos:** O mercado de peças automotivas sofre variações de preços influenciadas por fatores externos como inflação, cotação do dólar (para peças importadas), indisponibilidade de determinados componentes e alterações na carga tributária.
- **Número de veículos atendidos:** A composição da frota pode variar ao longo do tempo, com entrada ou saída de veículos, afetando diretamente a demanda por serviços de manutenção.

## **3 - Justificativa e Fundamentação da Contratação**

A presente contratação visa atender à necessidade permanente deste Tribunal Regional do Trabalho de manter em pleno funcionamento a sua frota de veículos oficiais, por meio da realização de serviços de manutenção (preventiva e corretiva), com qualidade, agilidade e segurança.







<b>Agilidade no atendimento</b>	Dependente da resposta de várias oficinas via sistema, com baixa taxa de retorno e prazos demorados.	Comunicação direta com a oficina. Possibilidade de atendimento mais rápido e previsível.
<b>Serviços de pequeno porte</b>	Frequentemente recusados pelas oficinas credenciadas por serem economicamente inviáveis	Podem ser atendidos prontamente, mediante previsão contratual específica.
<b>Diagnóstico técnico</b>	Falta previsão de pagamento por desmontagem ou diagnóstico não convertido em serviço.	Possibilidade de prever pagamento de hora técnica, incentivando precisão no diagnóstico.
<b>Veículos em garantia</b>	Dificuldade de operacionalizar orçamentos quando há apenas uma concessionária autorizada.	Veículos em garantia podem ser tratados como exceção contratual, com atendimento direto à concessionária.
<b>Responsabilidade técnica</b>	Dificuldade de atribuir responsabilidade quando há erro no diagnóstico ou divergência entre oficinas.	Controle mais direto sobre a execução. Possibilidade de cláusulas específicas de responsabilização.
<b>Controle e fiscalização</b>	Complexidade na fiscalização do sistema terceirizado e da rede de credenciadas.	Fiscalização direta da execução do serviço na própria oficina contratada.
<b>Flexibilidade contratual</b>	Modelo rígido, pouco adaptável a diferentes situações de manutenção e urgência.	Maior possibilidade de adequação do contrato à realidade da frota e às necessidades do órgão.
<b>Custos com peças</b>	Repasse onerosos e, muitas vezes, com margem oculta nas peças fornecidas via sistema.	Permite negociação direta por peças genuínas ou originais, com possibilidade de cotação prévia.

**A solução proposta possibilita:**



- **Execução de serviços técnicos especializados**, possibilidade de atendimento de todo o escopo de manutenção pesada necessário;
- **Agilidade no atendimento**, reduzindo o tempo de imobilização dos veículos e assegurando a continuidade das atividades institucionais que dependem do transporte oficial;
- **Maior controle e rastreabilidade das ordens de serviço**, com acompanhamento direto pelo setor responsável pela fiscalização contratual;
- **Utilização de peças genuínas ou de primeira linha**, conforme as exigências técnicas de cada fabricante;
- **Responsabilização direta da oficina pelos serviços prestados**, com garantia contratual sobre a mão de obra e os materiais utilizados.

A contratação de oficina multimarcas também possibilita **melhor gestão da qualidade** dos serviços prestados, **simplificação dos fluxos administrativos**, e **redução de custos indiretos**, uma vez que elimina intermediários e favorece a relação direta com o prestador.

Diante desses fatores, a contratação da oficina representa uma solução tecnicamente adequada, economicamente viável e compatível com o interesse público, garantindo maior eficiência e celeridade na manutenção da frota veicular deste Tribunal.

## Fundamentação Legal

A presente contratação encontra amparo no art. 6º, inciso XX, e no art. 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que estabelecem a busca pela eficiência na contratação pública, bem como a definição clara de objeto, requisitos e resultados esperados. A contratação também observa os princípios da economicidade, transparência, eficiência e interesse público.

Por fim, a medida alinha-se com as diretrizes de governança e gestão do setor público, promovendo controle, padronização, previsibilidade e sustentabilidade na prestação de serviços de manutenção da frota.



## 4 - Especificação completa da solução escolhida

O certame tem por objetivo contratar uma empresa especializada para fornecimento de peças e prestação de serviço de manutenção preventiva (periódicas e programadas) e corretiva dos veículos da frota oficial do Tribunal.

Trata-se de contratação de serviços de natureza contínua, na forma do inciso XV do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, pois decorre de necessidades permanentes ou prolongadas que, na prática, auxiliam na efetividade jurisdicional.

É requisito básico que a Contratada execute os serviços de manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças, componentes e demais materiais necessários à manutenção preventiva e corretiva dos veículos do Contratante mediante o emprego de técnica e ferramental adequados e mão de obra qualificada. Na realização dos serviços, deverá também obedecer todas as normas técnicas, as especificações dos respectivos fabricantes e as exigências do Contratante.

### **Os serviços de manutenção (preventiva e corretiva) compreendem:**

- a) Diagnóstico técnico / eletrônico avançado e desmontagem para identificação de falhas, com scanner multimarcas atualizado, programação e reset de módulos, além de atualização de software embarcado.
- b) Manutenção de motores, sistemas de transmissão, suspensão, freios, direção e arrefecimento, limpeza de bicos, corpo de borboleta, bomba de combustível, tanque de combustível.
- c) Serviços de alinhamento, balanceamento, cambagem, câster e convergência/divergência.
- d) Substituição e/ou reparo de sistemas elétricos e eletrônicos.
- e) Troca de peças genuínas ou originais de reposição.
- f) Lavagem técnica após serviços que envolvam troca de fluidos ou desmontagem pesada.
- g) Elaboração de orçamentos detalhados por serviço e peça.
- h) Atendimento a veículos de diferentes marcas e modelos (multimarcas).
- i) Recebimento e guarda segura dos veículos durante os serviços.



- j) Serviços de funilaria/pintura e especializados em envelopamento, plotagem ou adesivagem institucional
- k) Instalação e reparos em acessórios originais e não originais (películas, insulfilm, alarmes não originais, som automotivo).
- l) Troca de pneus – cabe à oficina fornecer, montar, alinhar e balancear.
- m) Reparo de pneus e rodas;
- n) Substituição de pára-brisas e vidros.
- o) Verificação e substituição de bateria.
- p) Manutenção e reparos nos sistemas complementares de viaturas (sirenes, sinalizadores, iluminação de emergência, rádios comunicadores, câmeras embarcadas e suportes internos), com reinstalação e testes funcionais.
- q) Sistema de escapamento e emissões, catalisador, sonda lambda, silencioso e inspeção de emissões.
- r) Híbridos e elétricos: baterias de tração, inversores, sistema ADAS (sensores, radar, câmera).

A contratação abrangerá todos os veículos atuais da frota do Tribunal, bem como aqueles que venham a ser incorporados durante a vigência contratual.

### **Revisões Preventivas:**

- As revisões preventivas dos veículos que compõem a frota devem ser feitas, a princípio, a cada 12 meses ou 10 mil quilômetros percorridos, ou de acordo com o manual do fabricante.
- A manutenção preventiva compreende as revisões periódicas descritas no manual do fabricante ou indicadas pela Contratante, com trocas de peças e serviços visando a prevenção de falhas.
- As revisões preventivas fora deste período serão indicadas e justificadas pelo diretor da SSI-PJ.
- As revisões preventivas dos veículos que ainda estão em garantia de fábrica, abaixo especificados, serão realizadas em concessionárias ou empresas credenciadas pelas montadoras de modo que, por ora, não integrarão o presente contrato. Finalizada a garantia, os veículos serão automaticamente atendidos pelo contrato.



Relação de Veículos Ainda em garantia do TRT-12					
Ordem	Veículo	Placa	Ano de Fabricação	Vencimento da Garantia de fábrica	Combustível
01	Corolla Altis	RYD7B18	2022	Novembro de 2029	Híbrido
02	Corolla Altis	RYD7B58	2022	Novembro de 2029	Híbrido
03	Corolla Altis	RYD7B98	2022	Novembro de 2029	Híbrido
04	Corolla Cross	RYO3H86	2023	Março de 2030	Híbrido
05	Corolla Cross	RYO3I16	2023	Março de 2030	Híbrido
06	Sprinter 415	MLI 2149	2014	Garantia até 75000 km	diesel
07	Sprinter 413	QIX 5389	2017	Garantia até 75000 km	diesel
08	BYD Song Pro GS DM	TPT1I50	2025	dezembro de 2033	Híbrido
09	BYD Song Pro GS DM	TPT1G90	2025	dezembro de 2033	Híbrido
10	BYD Song Pro GS DM	TPT1H30	2025	dezembro de 2033	Híbrido

### Revisões Corretivas:

- As revisões corretivas serão realizadas de acordo com a demanda.



- A manutenção corretiva compreende a restauração da operacionalidade do veículo por substituição de peças e execução de ajustes técnicos sempre que forem detectadas falhas.

## 4.1 Aspectos gerais

### 1. Serviços oferecidos pela oficina:

- Execução de manutenção preventiva conforme cronograma e manual do fabricante;
- Atendimento corretivo para reparos mecânicos, elétricos e eletrônicos;
- Diagnóstico e solução de falhas;
- Fornecimento e substituição de peças originais ou certificadas, conforme especificações dos fabricantes;
- Emissão mensal de relatórios detalhados das ordens de serviço e peças utilizadas.

## 2. Requisitos da Oficina:

### 1. Infraestrutura Física Geral

1.1. A contratada deverá dispor de instalações adequadas, em conformidade com as normas de segurança do trabalho e de vigilância sanitária.

1.2. O espaço físico deverá ser compatível com a prestação dos serviços, assegurando organização, segurança e eficiência operacional.

### 2. Área de Manutenção e Execução dos Serviços

2.1. A contratada deverá dispor de boxes de serviço ou áreas cobertas.

2.2. Deverão estar equipados com elevadores automotivos, bancadas de trabalho e ferramental apropriado para a execução dos serviços.

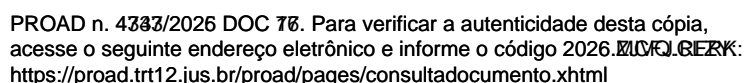
### 3. Equipe Técnica

3.1. A contratada deverá dispor de equipe técnica qualificada e devidamente treinada.

3.2. A equipe deverá ser apta à execução dos serviços com qualidade, segurança e observância das boas práticas do setor.







- Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB): Certifica que o local está seguro contra incêndios.
- **Licença Ambiental ou Certificado de Dispensa Ambiental:** Necessária para lidar com resíduos e produtos químicos, como óleos e graxas. A licença pode ser de operação, ou um certificado de dispensa para atividades de pequeno porte.
- **Autorização da Vigilância Sanitária:** Garante o cumprimento das normas sanitárias e de higiene, sendo requisito para o alvará de funcionamento.

## 5. Comprovação de experiência prévia

- Deverá(ão) ser apresentado(s) atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução satisfatória de serviços de **manutenção automotiva de natureza e porte compatíveis** com o objeto desta contratação.
- Os atestados deverão comprovar que a licitante executou, de forma contínua, **por período mínimo de 2 (dois) anos**, serviços de manutenção automotiva similares aos ora licitados, demonstrando experiência prévia na execução de atividades compatíveis em complexidade, quantidade e relevância com o objeto contratual.

## 4.2 Serviços Abrangidos pela Contratação

A oficina contratada deverá executar os serviços de **manutenção preventiva e corretiva** dos veículos oficiais, abrangendo todas as marcas e modelos (multimarcas), conforme as seguintes categorias e atividades:

### a) Diagnóstico e Orçamentação

- Diagnóstico técnico e desmontagem para identificação de falhas;
- Emissão de laudos técnicos e inspeções veiculares (média/grande monta, INMETRO);
- Elaboração de orçamentos detalhados, **discriminando** serviços, peças, quantidades, valores unitários e totais e **o código da peça genuína da marca**.



## **b) Mecânica Geral**

- Manutenção e reparo de motores, retífica, câmbio, sistema de embreagem e injeção eletrônica;
- Serviços em sistemas de freios, direção, arrefecimento, suspensão e transmissão;
- Troca de peças genuínas ou originais de reposição.

## **c) Sistemas Elétrico e Eletrônico**

- Substituição e/ou reparo de chicotes, faróis, comandos, vidros, limpadores, sensores e módulos;
- Diagnóstico eletrônico com scanner automotivo multimarca atualizado.

## **d) Sistemas Hidráulico e Pneumático**

- Manutenção de freios, direção hidráulica e demais componentes correlatos;
- Reparo e substituição de mangueiras, conexões e cilindros.

## **e) Suspensão, Rodas e Pneus**

- Fornecimento, troca e reparo de pneus, câmaras, válvulas e rodas;
- Serviços de balanceamento, alinhamento, cambagem e cáster (com ou sem equipamentos computadorizados).

## **f) Funilaria, Lanternagem e Pintura**

- Recuperação de lataria, pára-choques, carroceria, soldas e pintura automotiva;
- Polimento, cristalização e pintura interna ou externa;



- Aplicação ou remoção de plotagem, adesivos e envelopamentos;

#### **g) Capotaria e Interior**

- Reparo e substituição de estofamentos, forros, bancos, cintos de segurança, borrachas e estruturas internas.

#### **h) Vidraçaria e Acessórios**

- Substituição de vidros e retrovisores, aplicação de películas e polimento de faróis;
- Instalação e reparos em acessórios não originais (películas, insulfilm, alarmes não originais, som automotivo).

#### **i) Ar-condicionado e Climatização**

- Reparo, recarga de gás, substituição de filtros e compressores, diagnóstico eletrônico do sistema.

#### **j) Lubrificação e Fluidos**

- Troca de óleo de motor, câmbio e diferenciais;
- Substituição de filtros (óleo, combustível, ar e cabine);
- Troca de fluidos de freio, direção e arrefecimento.

**Observação:** A troca de óleos lubrificantes deverá ser realizada em estrita conformidade com as recomendações do fabricante, constantes no manual do veículo ou equipamento, devendo ser respeitados os prazos de substituição, especificações técnicas, viscosidade, classificação e padrões de qualidade indicados, sob pena de não aceitação do serviço pela fiscalização.

#### **k) Serviços Complementares**





03	Corolla Altis	RYD7B98	2022	Novembro de 2029	Híbrido
04	Corolla Cross	RYO3H86	2023	Março de 2030	Híbrido
05	Corolla Cross	RYO3I16	2023	Março de 2030	Híbrido
06	Sprinter 415	MLI 2149	2014	Garantia até 75000 km	diesel
07	Sprinter 413	QIX 5389	2017	Garantia até 75000 km	diesel
08	BYD Song Pro GS DM	TPT1I50	2025	dezembro de 2033	Híbrido
09	BYD Song Pro GS DM	TPT1G90	2025	dezembro de 2033	Híbrido
10	BYD Song Pro GS DM	TPT1H30	2025	dezembro de 2033	Híbrido

**4.3 Serviços que não fazem parte do escopo** da manutenção preventiva e corretiva:

- Abastecimento de combustíveis.
- Troca e recarga de extintores de incêndio.
- Lavagem, higienização e polimento de veículos (salvo limpeza técnica necessária após reparo).





- Revisões em concessionária para preservação de garantia de fábrica (se ainda vigente).
- Adequações estruturais ou reformas fora da manutenção regular (ex.: blindagem, transformação de carroceria).

#### 4.4. Justificativa para a Localização da Oficina Multimarcas nos Municípios de Florianópolis, São José, Biguaçu e Palhoça

A SSI-PJ tem sua central administrativa localizada na sede, razão pela qual o acompanhamento dos serviços em oficinas de outras localidades traria custo administrativo desproporcional com o deslocamento de servidores para fiscalizar os serviços a serem realizados.

A restrição da localização da oficina multimarcas aos **municípios de Florianópolis, São José, Biguaçu e Palhoça** fundamenta-se em critérios **técnicos, logísticos e de economicidade**, voltados à eficiência na execução dos serviços de manutenção da frota oficial do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

A frota do Tribunal encontra-se concentrada em Florianópolis, o que torna essencial a proximidade física da oficina contratada para assegurar agilidade no atendimento, redução de custos operacionais e diminuição do tempo de indisponibilidade dos veículos.

A escolha dessa área geográfica possibilita melhor aproveitamento dos recursos públicos, uma vez que reduz o tempo e o custo de deslocamento dos veículos, além de facilitar o acompanhamento técnico, a fiscalização contratual e o controle da execução dos serviços por parte dos servidores responsáveis.

Os municípios de **Florianópolis, São José, Biguaçu e Palhoça** dispõem de mercado amplamente estruturado, com diversas oficinas multimarcas



qualificadas e capazes de atender aos requisitos técnicos e operacionais exigidos, o que garante ampla competitividade e observância aos princípios da isonomia, eficiência e economicidade previstos no art. 37 da Constituição Federal e na Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, a delimitação geográfica proposta não configura restrição indevida à competitividade, mas sim medida **técnica e proporcional**, necessária para assegurar **eficiência operacional, economicidade e continuidade** dos serviços prestados pela frota oficial do Tribunal.

**4.5.** As peças substituídas devem ser novas, originais ou genuínas, com garantia de fábrica.

**4.6** Em casos excepcionais, poderão ser usadas peças paralelas de qualidade equivalente, mediante autorização formal da Contratante.

**4.7** Em caso de instalação inadequada, a oficina deverá refazer o serviço sem custos adicionais.

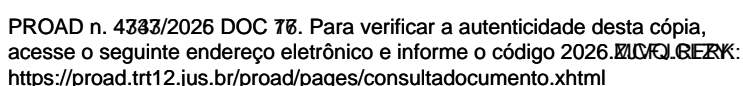
**4.8** A Contratada deverá disponibilizar à Contratante, para fins de conferência, as peças substituídas. Após a verificação pela fiscalização/gestão do contrato e mediante autorização expressa da Administração, a Contratada ficará responsável pela gestão e pelo descarte final das peças removidas, que deverá ocorrer de forma ambientalmente adequada, nos termos da legislação aplicável, em atenção ao princípio da economicidade.

**4.9** A contratada terá o prazo de 03 dias úteis para avaliar o veículo e repassar à contratante o diagnóstico acompanhado de orçamento detalhado, listando os serviços, tempo estimado para execução, peças e demais insumos. Se o serviço demandar prazo maior para ser executado, a contratada deverá apresentar justificativa prévia ao término do prazo, que será avaliado pela contratante.

**4.10** Os Lubrificantes devem atender às especificações dos fabricantes dos veículos.

**4.11** O orçamento deverá detalhar serviços, tempo estimado, peças e materiais (marca, modelo, código, quantidade e valores).

**4.12** Caso o serviço não seja aprovado pela Contratantes, caberá à contratada seu refazimento sem custos adicionais.

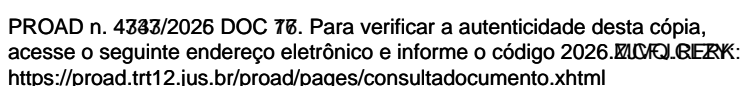


**4.14** Os valores de peças e serviços serão submetidos à análise e aprovação prévia da Contratante.

**4.16** A contratante se resguarda no direito de realizar perícia no veículo em oficina especializada, quando houver dúvida quanto ao diagnóstico apresentado, ficando resguardado à contratada o pagamento de eventuais serviços de diagnóstico previamente realizados no veículo.

**4.17.1** A oficina contratada deverá conceder garantia dos serviços e peças fornecidas, nos seguintes termos:

- Para os serviços de balanceamento de rodas, alinhamento e geometria, o prazo de garantia será de 03 (três) meses ou 5.000 (cinco mil) quilômetros, o que ocorrer por último.
- Para os serviços de lanternagem e pintura, o prazo de garantia não poderá ser inferior a 06 (seis) meses.
- Para as peças, componentes e acessórios, a garantia mínima será de 03 (três) meses, contados a partir da data da efetiva instalação no veículo.
- Para serviços e peças utilizados em retífica de motor (bloco e cabeçote), caixa de câmbio, diferencial, motor de partida, bomba injetora, turbinas, direção hidráulica, ar-condicionado, a garantia será de 06 (seis) meses ou 15.000 (quinze mil) quilômetros, o que ocorrer por último, salvo quando o fabricante oferecer prazo superior, hipótese em que prevalecerá a garantia do fabricante.



- Para os serviços em câmbio e suspensão, a garantia mínima será de 06 (seis) meses ou 15.000 km, o que ocorrer por último.
- Demais serviços e peças: 03 (três) meses ou 5.000 (cinco mil) quilômetros, o que ocorrer por último, salvo disposição mais favorável do fabricante da peça.

**4.17.2** A garantia deverá ser honrada pela oficina responsável pela execução do serviço, mesmo após o encerramento ou rescisão contratual.

#### **4.18 DAS RESPONSABILIDADES DA OFICINA CONTRATADA**

4.18.1 Comunicar à Contratante qualquer anormalidade observada no veículo e prestar os devidos esclarecimentos.

4.18.2 Executar fielmente os serviços conforme as Ordens de Serviço autorizadas pela Contratante, com observância às normas técnicas e às especificações do fabricante dos veículos.

4.18.3 Reparar, substituir ou refazer, sem ônus para a Contratante, quaisquer peças ou serviços que apresentem vícios, defeitos ou falhas durante o período de garantia.

4.18.4 Utilizar peças novas e originais ou de qualidade equivalente, conforme previamente aprovado pela Contratante.

4.18.5 Garantir o livre acesso da fiscalização da Contratante às instalações da oficina durante a execução dos serviços.

4.18.6 Responder por danos, avarias ou extravio de bens da Contratante sob sua guarda, inclusive acessórios instalados nos veículos.

4.18.7 Não empregar mão de obra menor de idade em desacordo com a legislação vigente, tampouco permitir trabalho em condições insalubres ou perigosas.

4.18.8 Manter atualizada sua documentação fiscal e habilitatória durante toda a vigência contratual.

4.18.9 Guardar sigilo sobre quaisquer informações da Contratante às quais tenha acesso em decorrência da execução contratual.

4.18.10 Prestar os serviços com mão de obra qualificada, observando os padrões de qualidade estabelecidos pelo fabricante e pela contratante.

4.18.11 Fornecer relatórios mensais de execução dos serviços contendo os detalhes da manutenção, peças aplicadas, laudos e garantias.









j) Cabe a contratada apresentar, semestralmente, comprovação do regular cumprimento da política de empregabilidade de pessoas com deficiência, na proporção estabelecida no art. 93 da Lei nº 8.231/1991.

k) Assegurar a destinação ambientalmente adequada de resíduos automotivos, tais como óleos lubrificantes usados, filtros, baterias, pneus e demais componentes substituídos, mediante comprovação de entrega a empresa licenciada pelo órgão ambiental competente.

## 5.1 - Aquisição ou serviços que envolvam a utilização de óleo lubrificante

**Conforme orienta o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – AGU, 2024, item 26 – Óleo Lubrificante** - as contratações públicas que envolvam a aquisição de óleo lubrificante ou a execução de serviços que demandem sua utilização (como manutenção de veículos oficiais) devem observar integralmente as normas ambientais e regulatórias aplicáveis, em especial:

- Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Decreto nº 10.936/2022, que a regulamenta;
- Resolução CONAMA nº 362/2005, que dispõe sobre o recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado;
- Resolução ANP nº 804/2019, que estabelece critérios para o registro e comercialização de óleos e graxas lubrificantes.

<https://www.gov.br/agu/pt-br/assuntos-1/Publicacoes/cartilhas/guia-nacional-de-contratacoes-sustentaveis-2024.pdf>)

## 5.2 - Aquisição ou serviços que envolvam a utilização de pilhas e baterias

**Conforme orienta o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – AGU, 2024, item 27 – Pilhas e Baterias**, as contratações públicas que envolvam a aquisição de pilhas e baterias ou a execução de serviços que demandem sua utilização (como manutenção de veículos oficiais) devem observar integralmente as normas ambientais e regulatórias aplicáveis, em especial:

- Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Decreto nº 10.936/2022, que a regulamenta;
- Resolução CONAMA nº 401/2008



- Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012 (Institui, para fabricantes nacionais e importadores, os procedimentos relativos ao controle do recebimento e da destinação final de pilhas e baterias ou produto que as incorporem.)
- Portaria INMETRO nº 145, de 28 de março de 2022 (Aprova os Regulamentos Técnicos da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Componentes Automotivos – Consolidado)

<https://www.gov.br/agu/pt-br/assuntos-1/Publicacoes/cartilhas/guia-nacional-de-contratacoes-sustentaveis-2024.pdf>)

O **descumprimento** das obrigações de sustentabilidade e de destinação ambientalmente adequada dos óleos lubrificantes, conforme o **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU**, sujeitará a contratada às sanções previstas no contrato e na legislação ambiental pertinente.

### 5.3 - Da Sustentabilidade e Inclusão Social

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos, sempre que possível, os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e na Resolução CSJT nº. 310/2023.

A contratada deverá apresentar, anualmente, declaração acerca do regular cumprimento da política de empregabilidade de jovens aprendizes, nos termos do Art. 429 da CLT (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

Cabe a Contratada comprovar, quanto a todos os trabalhadores alocados na execução dos serviços, a capacitação em saúde e segurança do trabalho, com ênfase na prevenção de acidentes, com carga horária mínima de 2 (duas) horas mensais, a ser realizada dentro da jornada de trabalho, nos termos da Resolução nº 98/2012 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho;

Cabe a contratada manter o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO consoante os termos dos artigos 7º e 13 da Resolução CSJT nº 141/2014.

## 6 – Nível Mínimo de Serviço

As informações serão devidamente apresentadas em documento próprio.









acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, que exercerá ampla e irrestrita fiscalização do objeto do presente contrato, a qualquer hora, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive quanto às obrigações da Contratada;

- b) proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução deste contrato;
- c) efetuar os pagamentos devidos à Contratada, nos prazos e condições ora estabelecidos;
- d) prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

## 9 - Forma da contratação

A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na forma eletrônica, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), com adjudicação **por maior desconto** sobre peças e hora trabalhada.

A escolha da modalidade pregão justifica-se pela natureza comum dos serviços envolvidos — definidos como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente especificados no edital, conforme dispõe o art. 6º, inciso XXVII, da referida lei.

A forma eletrônica será adotada visando à ampliação da competitividade, à eficiência do processo, à redução de custos operacionais e ao atendimento aos princípios da economicidade, isonomia, publicidade e transparência.

A disputa será realizada entre os licitantes, com julgamento baseado nos critérios objetivos de **maior desconto** sobre peças e serviços de manutenção, desde que atendidas todas as especificações técnicas, operacionais e de desempenho estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos do edital.

## 10 – Forma e Critérios de seleção do fornecedor

A forma de julgamento proposta — maior percentual de desconto sobre o valor das peças e sobre o valor do serviço de manutenção — foi definida com base em critérios de objetividade, simplicidade operacional e promoção da economicidade na contratação, **tendo como parâmetro os valores de referência praticados na plataforma Cilia, adotada pelo Tribunal.**

### 1. Fundamentação da escolha



Considerando que o contrato a ser firmado envolve **serviços de manutenção corretiva e preventiva de veículos oficiais**, cuja execução depende de **demanda variável e imprevisível**, o modelo mais adequado de seleção é aquele que permite **mensurar a vantagem econômica de forma direta e comparável entre os licitantes**, sem a necessidade de estimar previamente todas as combinações possíveis de serviços e peças.

O critério de julgamento pelo **maior desconto** sobre o valor das peças e dos serviços de manutenção, constantes da Plataforma de referência (Plataforma Cilia).

- Garante **padronização e transparência** na formação dos preços;
- Permite **flexibilidade na execução contratual**, já que o desconto será aplicado a cada item demandado ao longo da vigência;
- **Simplifica a análise das propostas**, evitando a elaboração de planilhas extensas com itens de difícil comparabilidade;
- **Assegura tratamento isonômico** entre os proponentes, já que todos partem da mesma base de referência.

## 2. Critérios aplicáveis

Será adotado como parâmetro de julgamento:

- Maior taxa de desconto incidente sobre o valor das peças e dos serviços de manutenção, constantes da Plataforma de referência (o desconto será o mesmo para ambas as categorias).

## 3. Vantagens do modelo adotado

- **Objetividade no julgamento**, com base em parâmetros numéricos e verificáveis;
- **Racionalidade administrativa**, dispensando a estimativa de quantidades futuras e a precificação individual de cada serviço;



- **Facilidade de fiscalização**, uma vez que o desconto proposto será aplicado uniformemente a todas as ordens de serviço durante a execução contratual;
- **Estímulo à competitividade**, pois o critério de maior desconto é de fácil compreensão e incentiva a disputa entre os licitantes;
- **Aderência ao princípio da economicidade**, conforme previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal e no art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Será declarada vencedora a empresa que oferecer **maior desconto** sobre peças e serviço de manutenção.

## 10.1 Do Critério de Julgamento

Será declarado vencedor o licitante que apresentar o **maior percentual de desconto**, observados os requisitos de habilitação e as demais condições estabelecidas no instrumento convocatório.

Na hipótese de empate entre dois ou mais licitantes quanto ao percentual de desconto, serão aplicados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021 e, persistindo o empate, será realizado sorteio em ato público, com o devido registro em ata.

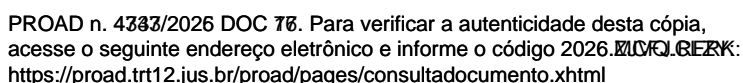
O percentual de desconto proposto será mantido durante toda a vigência contratual e incidirá também sobre eventuais acréscimos ou supressões de quantitativos, nos termos do art. 125, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

**LOTE ÚNICO:** Contratação de empresa especializada na **prestação de serviços de manutenção** — preventiva e corretiva — para os **veículos oficiais da frota deste Tribunal Regional do Trabalho**, bem como para os veículos que venham a ser incorporados durante a vigência contratual.

## 10.2 Participação de Cooperativas e Consórcios

Nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133/2021, será admitida a participação de cooperativas, desde que observados os requisitos legais: atuação em regime cooperado, impessoalidade na execução do contrato e atuação complementar da cooperativa, sem prejuízo da motivação para eventual vedação.

Da mesma forma, poderá ser admitida a participação de empresas em consórcio, nos termos do art. 15 da referida lei. Caso se opte pela vedação à participação consorciada, deverá ser apresentada justificativa técnica compatível com o objeto da contratação.





### 10.3 Justificativa da impossibilidade de participação de pessoa física

A execução dos serviços de manutenção corretiva e preventiva da frota oficial demanda estrutura técnica, operacional e administrativa compatível com a complexidade e o volume das atividades a serem contratadas. Trata-se de objeto que envolve a realização de reparos mecânicos, elétricos e de funilaria em diversos veículos, com fornecimento de peças, garantia dos serviços, rastreabilidade de intervenções e emissão de documentos fiscais eletrônicos, requisitos esses que pressupõem a constituição formal de pessoa jurídica regularmente estabelecida.

Além disso, a contratação de pessoa física se mostra incompatível com as exigências legais aplicáveis ao objeto, notadamente no que se refere:

- à necessidade de **emissão de nota fiscal eletrônica** para fins de controle orçamentário e financeiro da Administração Pública;
- à **capacidade de atendimento simultâneo** a diversos veículos e unidades, o que demanda disponibilidade de equipe, ferramentas especializadas, equipamentos de diagnóstico e espaço físico adequado;
- à **exigência de garantias sobre peças e serviços**, cuja observância é inviável na contratação de pessoa física sem estabelecimento comercial formalizado.

Dessa forma, por razões de ordem técnica, operacional e jurídica, considera-se **inviável a participação de pessoa física** no presente certame, sendo restrita a participação a **pessoas jurídicas legalmente constituídas e em situação regular** perante os órgãos fazendários e de registro competentes.

### 10.4 Será admitida a subcontratação parcial, desde que:

1. **Autorizada previamente** pelo Tribunal, mediante solicitação formal e apresentação da justificativa técnica e operacional por parte da contratada;
2. Restrita a **serviços específicos e complementares**, que não constituam a atividade principal do contrato, previstas no item 4.1 e 4.2;
3. A subcontratada atenda às mesmas condições de habilitação técnica, idoneidade jurídica, fiscal e trabalhista exigidas da contratada;



4. Seja apresentada documentação comprobatória da qualificação da empresa subcontratada, a ser analisada e aprovada pelo Tribunal;
5. Na hipótese de subcontratação, a contratada permanecerá **integralmente responsável** pela qualidade dos serviços executados, pelo cumprimento dos prazos e pela garantia contratual, não sendo transferida à subcontratada qualquer responsabilidade perante a Administração.
6. **A contratada será responsável integralmente pela retirada, transporte e devolução dos veículos** entre sua oficina e a oficina subcontratada, **assumindo todos os riscos, custos e encargos decorrentes desse deslocamento**, inclusive eventuais danos, avarias ou atrasos decorrentes do transporte.

O descumprimento destas condições implicará a imediata vedação da subcontratação, sem prejuízo das demais sanções contratuais cabíveis.

### **Serviços passíveis de subcontratação (desde que autorizados pelo Tribunal)**

- **Funilaria e pintura especializada**, incluindo cabine pressurizada, repintura automotiva com tintas homologadas e polimento técnico;
- **Alinhamento e balanceamento de rodas**, quando demandar equipamentos específicos não disponíveis na oficina;
- **Retífica de motores, câmbios, bombas injetoras ou componentes similares**, que exigem máquinas de usinagem especializadas;
- **Serviços de autoelétrica complexa**, como recuperação de módulos eletrônicos, alternadores e centrais de injeção;
- **Reparo e recarga de sistemas de ar-condicionado automotivo**, quando envolver gás refrigerante específico e equipamento certificado;
- **Serviços de tapeçaria ou estofamento automotivo** (ex.: troca de revestimentos, reparo de bancos);
- **Reparos em sistemas de direção hidráulica/elétrica** que necessitem de equipamentos dedicados de bancada;
- **Serviços de cristalização, tratamento de pintura ou reparos estéticos não estruturais**, quando não contemplados diretamente pela oficina contratada.



- PROAD n. 4333/2026 DOC 76. Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2026. **UFPA-GERAR:** <https://proad.trt12.ius.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml>

Será verificada pelo Selic no Portal da Transparência do Governo Federal, no Portal do Conselho Nacional de Justiça e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Governo Federal, a existência de sanções administrativas que impeçam o licitante de contratar com a administração.

## 10.7 Habilitação Técnica – Oficina Multimarcas

A licitante deverá comprovar possuir **capacidade técnica para realizar serviços de manutenção e reparo em veículos de diversas marcas e modelos**, de forma a abranger toda a frota oficial do Tribunal, composta atualmente por veículos a combustão e híbridos das marcas **Fiat, Toyota, Chevrolet, Mercedes-Benz, Mitsubishi, Renault, Ford e BYD**, bem como eventuais veículos que venham a ser incorporados no decorrer do contrato.

A licitante deverá comprovar **capacidade técnica e operacional** para a execução dos serviços de manutenção corretiva e preventiva de veículos oficiais, por meio da apresentação dos seguintes documentos/evidências:

### 1. Comprovação de experiência prévia

- Deverá(ão) ser apresentado(s) atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução satisfatória de serviços de manutenção automotiva na manutenção de veículos em frota de pelo menos 10 veículos de forma concomitante abrangendo, ao menos, três (03) das seguintes marcas Chevrolet, Fiat, Mercedes-Benz, Ford, Toyota, Mitsubishi e Renault.
- Os atestados deverão comprovar que a licitante executou, de forma contínua, **por período mínimo de 2 (dois) anos**, serviços de manutenção automotiva similares aos ora licitados, demonstrando experiência prévia na execução de atividades compatíveis em complexidade, quantidade e relevância com o objeto contratual.

## 11 – Modelo de Gestão e Fiscalização do Contrato

A gestão contratual é obrigação da Administração e constitui atividade prevista no art. 117º da Lei n. 14.133/21.



### **Cabe ao gestor do contrato:**

- a. gerir a execução do ajuste;
- b. acompanhar as ações de fiscalização;
- c. diligenciar junto à empresa nos casos em que lhe forem solicitados pelo fiscal;
- d. realizar o recebimento definitivo.”

### **Cabe ao Fiscal do Contrato:**

- a. fiscalizar a execução do contrato, de modo a que sejam cumpridas, integralmente, as condições constantes de suas cláusulas;
- b. comprovar e relatar por escrito as eventuais irregularidades;
- c. Verificar a conformidade da execução do contrato, nos termos acordados.
- d. Efetuar a comunicação com a contratada, sempre que necessário.
- e. Verificar a aderência às normas e obrigações pactuadas.
- f. Determinar a regularização dos defeitos verificados.
- g. Reportar ao gestor, caso sejam não exitosas as diligências
- h. efetuadas junto a empresa.
- i. Realizar o recebimento provisório

**Observação:** A fiscalização exercida pelo Contratante não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da Contratada pela completa e perfeita execução do objeto contratual, tampouco restringe a responsabilidade integral e exclusiva da Contratada quanto à integralidade e à correção dos fornecimentos a que se obrigou, suas consequências e implicações perante terceiros, próximas ou remotas.

## **12 – Recebimento do objeto**

- a) O Recebimento provisório e definitivo do objeto contratual serão realizados pelos Fiscais e Gestor do contrato, respectivamente, de acordo com os Termos de Recebimento.
- b) Os Termos de Recebimento, devidamente preenchidos, servirão como base para





situação e/ou a reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Contratante;

k) a Contratada será a responsável direta pelo faturamento a que se propõe, não podendo ser aceito documento de cobrança (nota fiscal/fatura) emitido por empresa com a raiz do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ diferente ao daquela, ainda que do mesmo grupo empresarial;

k.1) as Unidades responsáveis pela execução do objeto contratual e detentoras de numeração da raiz do CNPJ idêntica à da Contratada, divergindo somente o sufixo e dígito verificador, poderão emitir Nota Fiscal/Fatura, desde que satisfaçam as condições de habilitação e a regularidade fiscal exigida no processo;

l) a Contratada deverá apresentar, sempre que solicitado pelo Contratante, as certidões abaixo discriminadas:

- CRF – Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela CEF;
- Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida em conjunto pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
- CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pela Justiça do Trabalho;
- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do seu domicílio ou de sua sede;
- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do seu domicílio ou de sua sede;

m) o Contratante poderá reter o pagamento dos valores referentes ao fornecimento realizado nas hipóteses da cláusula ..... (cláusula que trata da responsabilidade civil), limitado ao valor do dano, ressalvada a possibilidade de rescisão contratual;

n) o Contratante poderá deduzir do montante a pagar, cautelar ou definitivamente, os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada, nos termos deste contrato;

o) no ato do pagamento será retido na fonte o Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica, a contribuição sobre o lucro, a contribuição para a seguridade social (CONFINS) e a contribuição para O PIS/PASEP, todos da Secretaria da Receita Federal. No entanto, não recairá esta retenção sobre pessoas jurídicas que apresentarem a Declaração de Optante do Simples, conforme modelo constante no Anexo IV da Instrução Normativa nº. 1.234/2012, da Receita Federal ou cópia da Consulta ao Portal do Simples Nacional da apresentação da primeira nota fiscal/fatura decorrente de assinatura contratual e de prorrogação contratual;

p) se os valores do pagamento forem insuficientes para a quitação das eventuais multas, fica a Contratada obrigada a recolher a importância devida, via GRU, no prazo de até 10 (dez) dias contados da comunicação oficial, sob pena de ser incluído o valor na Dívida Ativa da União.

**Observação:** A nota fiscal deverá ser emitida até o 5º dia útil do mês subsequente à realização dos serviços.









O descumprimento das obrigações relativas ao tratamento de dados previstas no § 2º do Item 7 incidirá nas seguintes penalidades:

a) até 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, na hipótese de utilização dos dados pessoais para finalidade diversa daquela estabelecida para a execução contratual;

b) até 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, na hipótese de do compartilhamento não autorizado de dados pessoais com terceiros.

I – As penalidades previstas nas alíneas “a” e “b” serão aplicadas por ocorrência e , no caso de reincidência, serão aplicadas em dobro.

II – As penalidades previstas nas alíneas a e b não excluem a responsabilidade das empresas pela aplicação das sanções previstas no art. 52 e o ressarcimento de danos, na forma prevista no § 4º do art. 42, ambos da LGPD.

§ 4º – Na aplicação das penalidades previstas nesta cláusula, serão observados os conceitos, critérios, prazos e procedimentos estabelecidos na Portaria Presi nº 340/2022 do TRT da 12ª Região.

## 15 – Informações complementares

Esclarecimento poderão ser obtidos na Secretaria de Segurança Institucional e Polícia Judicial do Tribunal, de segunda a sexta-feira, das 12h às 19h, com os servidores abaixo:

### Responsável

Nome: Claudionor da Silva

E-mail: ssi@trt12.jus.br

Fone: 3216-4289

### Substituto

Nome: José Marcos Santos de Carvalho

E-mail: ssi@trt12.jus.br

Fone: 3216-4013

## 16 – Estimativa de custos

### 16.1 Valor estimado dos gastos com manutenção e peças



A tabela abaixo apresenta a **estimativa detalhada dos custos anuais com serviços de manutenção e fornecimento de peças** referentes à frota oficial do Tribunal, abrangendo veículos de diferentes marcas e modelos atualmente em utilização.

Os valores foram calculados com base em **histórico de despesas anteriores e médias praticadas no mercado local**, considerando os custos médios por veículo no período de **12 meses de vigência contratual**. A estimativa foi segregada em três colunas principais, conforme descrito a seguir:

- **Valor Estimado com Serviço de Manutenção (12 meses):** corresponde à previsão de gastos com mão de obra e execução de serviços mecânicos, elétricos e de funilaria, incluindo revisões preventivas, corretivas e demais intervenções necessárias ao pleno funcionamento dos veículos.
- **Valor Estimado com Peças (12 meses):** representa o montante previsto para aquisição e substituição de peças, componentes e materiais utilizados nas manutenções, conforme especificações de cada fabricante.
- **Valor Estimado Total (12 meses):** resulta da soma dos valores de serviços e peças para cada veículo, constituindo o custo total anual estimado de manutenção da frota.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO					
Ordem	Veículo	Placa	Valor Estimado com Serviço de Manutenção (12 meses)	Valor Estimado com Peças (12 meses)	Valor Estimado Total (12 meses)
1	Spin LTZ	OKH 8468	626,09	3.006,54	3.632,63
2	Spin LTZ	OKH 8498	1.241,66	4.214,42	5.456,08
3	Spin LTZ	OKH 8588	877,38	2.637,48	3.514,86
4	Doblo	QJQ 4161	483,90	2.069,94	2.553,84
5	Doblo	QJQ 4171	1.070,43	3.326,40	4.396,83
6	Fiat Weekend	QHX 4250	531,68	1.117,32	1.649,01
7	Fiat Weekend	QHX 4270	440,41	1.939,45	2.379,85
8	Fiat Weekend	QHX 4280	725,47	2.432,23	3.157,70
9	Fiat Weekend	QHX 4290	409,34	1.101,05	1.510,39
10	Cargo LIGTH	QIZ 4039	4.863,02	5.513,43	10.376,45
11	Focus SE 2.0	QHD 8269	979,84	2.736,86	3.716,70
12	Fusion 2.5	QHI 0907	342,26	2.247,07	2.589,33
13	Sprinter 415	MLI 2149	1.172,23	5.534,69	6.706,92
14	Srinter 413	QIX 5389	1.023,87	3.008,47	4.032,33



15	Sprinter 313	MIF 5652	2.430,79	6.742,83	9.173,61
16	Triton Out	RXS5A56	1.375,67	2.966,85	4.342,52
17	Duster	OKG 9246	1.964,66	4.241,87	6.206,53
18	Corolla Altis	RYD7B18	486,54	1.021,46	1.508,00
19	Corolla Altis	RYD7B58	605,90	1.337,20	1.943,09
20	Corolla Altis	RYD7B98	310,70	1.006,81	1.317,51
21	Corolla Cross	RYO3H86	251,50	1.023,10	1.274,60
22	Corolla Cross	RYO3I16	251,50	1.023,10	1.274,60
<b>TOTAIS</b>			<b>22.464,82</b>	<b>60.248,56</b>	<b>82.713,38</b>
<b>VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (12 meses)</b>					<b>82.713,38</b>
<b>VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO (10 anos)</b>					<b>827.133,77</b>
<b>VALOR ESTIMADO PARA O EXERCÍCIO DE 2026 (Proporcional a 6 meses)</b>					<b>41.356,69</b>

**\*Conforme o Sétimo Termo Aditivo do Contrato PRE 1664/2020, este contrato se encerrará em 30-06-2026.**

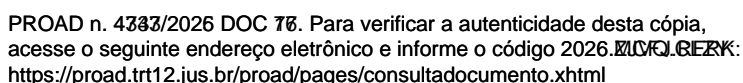
A soma dos valores individuais resulta em um **custo total anual estimado de R\$ 82.713,38**, valor este que representa a **estimativa global da contratação para o período de 12 meses**. Considerando a **duração potencial do contrato de 10 anos**, o valor total projetado é de **R\$ 827.133,77**, conforme demonstrado ao final da tabela.

Adicionalmente, considerando que o **vigente contrato (PRE 1664/2020)** possui término previsto para **30 de junho de 2026**, foi calculado o valor proporcional estimado para o exercício de 2026, correspondente a **seis meses de execução**, no montante de **R\$ 41.356,69**.

Essa estimativa visa fornecer **base técnica e financeira para definição do valor global da contratação** e para subsidiar a análise de viabilidade orçamentária e o planejamento das futuras contratações de manutenção da frota.

**Observação:** Ao valor estimado da contratação inicialmente apurado foi acrescentado 35% (trinta e cinco por cento). Esse acréscimo tem por finalidade adequá-lo, compondo nele a projeção de custos adicionais decorrentes do desgaste físico natural dos veículos durante a validade do contrato, em razão do uso e da idade (considerado o ano de fabricação). O acréscimo percentual de 35% está em equilíbrio com as projeções usuais e contabilmente aceitas para casos em que o patrimônio se refere a veículos. A adoção desse parâmetro de adequação do valor estimado se justifica ainda mais se considerarmos que os veículos do Tribunal são muito demandados para execução de serviços administrativos e decorrentes de atividades jurisdicionais.

Essa estimativa visa fornecer **base técnica e financeira para definição do valor global da contratação** e para subsidiar a análise de viabilidade orçamentária e o planejamento das futuras contratações de manutenção da frota.



### 3. Conclusão

Considerando os parâmetros indicados no item 1 e que o critério de julgamento será o maior desconto, considerando os preços praticados na plataforma Cília, o percentual mínimo a ser considerado será de 10%. Será considerado ainda, o percentual limite de 15% para maior desconto, acima do qual a empresa deverá demonstrar a exequibilidade da proposta.

Em relação ao valor estimado da contratação, conforme detalhamento do item 2 acima, ele foi obtido considerando a média de consumo dos últimos anos, e perfaz um custo total anual estimado de R\$ 82.713,38, valor este que representa a estimativa global da contratação para o período de 12 meses. Considerando a duração potencial do contrato de 10 anos, o valor total projetado é de R\$ 827.133,77.

#### 16.2 - Pesquisa de preços - Maior Desconto por peças e serviços de manutenção

A pesquisa de preços utilizou o seguinte parâmetro, conforme Art. 8, Portaria PRESI nº 339/2022:

II – aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

Foram coletadas as informações de contratações feitas por órgãos públicos, de até 1 (um) ano anterior à data de pesquisa de preços, e obrigatoriamente realizadas com a prestação de serviço no Estado de Santa Catarina e Paraná. Segue abaixo lista com os órgãos utilizados na pesquisa:

- Prefeitura Municipal de Florianópolis - marcador XXX
- Ministério Público do Paraná - marcador XXX
- Prefeitura municipal de São José - CBM - marcador XXX
- Prefeitura Municipal de São José - PC - marcador XXX
- Prefeitura Municipal de Porto União - marcador XXX
- Prefeitura Municipal de Anita Garibaldi - marcador XXX

Isto é importante, porque as diferenças de localidade impactam diretamente no preço, principalmente, quando se trata de serviços de mão de obra especializada.



É notório que o setor terciário, o qual engloba a reparação de veículos automotores, carece de uma padronização mercadológica. Os valores cobrados por prestadores de serviços são apontados como os de maior variação. **Logo, quanto mais direcionada a pesquisa para a localidade de execução, menor será o risco de irrealidade dos preços pesquisados**, o que poderia causar licitações desertas ou sobrepreço da contratação.

No levantamento de mercado, verificou-se que os órgãos públicos utilizam referenciais diversos em relação aos preços de peças e de tempo de trabalho (homem/hora) - como estimativas próprias baseadas em histórico de consumo ou uso de serviços de mercado (tabelas referência) por exemplo -, para subsidiar a elaboração da estimativa de custo e promover a licitação **por maior desconto** sobre peças e hora trabalhada.

Foi observado, também, que em edital é estabelecido um percentil igual de desconto mínimo para as peças e os serviços de mão de obra.

Considerando as particularidades em relação às estimativas de gastos com peças e serviços de mão de obra em cada uma das contratações, bem como no que se refere ao consumo diverso dos fatores, traduzindo-se em licitações com descontos executados diversos, fez-se necessário apurar o desconto médio total de cada uma das contratações tomadas como referência na pesquisa de preços.

Para isso, ponderou-se o peso de cada fator - peças e serviços de mão de obra - em relação ao total da contratação, tanto do ponto de vista orçamentário quanto do desconto ofertado ao fator, de forma a se obter um índice que reflita a realidade da contratação com um percentil único.

Seguindo como parâmetro as contratações públicas paradigmas, o preço estimado da contratação será apurado com aplicação de desconto mínimo de **10% (dez por cento)** sobre o preço ofertado para peças e serviços de mão de obra, conforme metodologia de cálculo adotada pelo Tribunal (art 17 da Portaria Presi 339/2022) e justificativas abaixo elencadas.

### Parâmetros para cálculo do desconto médio entre as contratações apresentadas:

Contrato	Item	Descrição item	Qtidade Estimada	Valor estimado/Un	Valor estimado/To	Peso Estimado	Desconto - Contratado	Valor Total - contratado	Peso contratado	Desconto ponderado
----------	------	----------------	------------------	-------------------	-------------------	---------------	-----------------------	--------------------------	-----------------	--------------------



					itário	tal					contratado
PMF - SC	1	serviços		600	R\$ 175,00	R\$ 105.000,00	30,00%	70,00%	R\$ 31.500,00	13,85%	26,92%
PMF - SC	2	peças		1	R\$ 245.000,00	R\$ 245.000,00	70,00%	20,00%	R\$ 196.000,00	86,15%	
						R\$ 350.000,00			R\$ 227.500,00		
MPPR	1	Peças/se rviços	Veículos médios, grandes, extra grandes, caminhões e motos	1	R\$ 432.000,00	R\$ 432.000,00	100,00%	30,00%	R\$ 302.400,00	100,00%	30,00%
PMSJ -CMB	2	Peças/se rviços	Veículos leves	1	R\$ 203.400,00	R\$ 203.400,00	13,80%	12,00%	R\$ 178.992,00	13,80%	12,00%
PMSJ -CMB	3	Peças/se rviços	Veículos médios	1	R\$ 459.250,00	R\$ 459.250,00	31,15%	12,00%	R\$ 404.140,00	31,15%	
PMSJ -CMB	4	Peças/se rviços	Veículos pesados	1	R\$ 811.562,50	R\$ 811.562,50	55,05%	12,00%	R\$ 714.175,00	55,05%	
		*Item 1 parece ter sido deserto				R\$ 1.474.212,50			R\$ 1.297.307,00		
PMSJ -PC	1	Peças/se rviços	Veículos leves	1	R\$ 263.249,96	R\$ 263.249,96	71,50%	67,00%	R\$ 86.872,49	68,54%	65,43%
PMSJ -PC	2	Peças/se rviços	Veículos médios	1	R\$ 104.910,00	R\$ 104.910,00	28,50%	62,00%	R\$ 39.865,80	31,46%	
						R\$ 368.159,96			R\$ 126.738,29		
PMF	-										



Porto União											
	1	Peças	Marca especificada	1	R\$ 208.000,00	R\$ 208.000,00	5,36%	83,50%	R\$ 34.320,00	1,66%	15,48%
	2	Peças	Marca especificada	1	R\$ 206.000,00	R\$ 206.000,00	5,30%	83,50%	R\$ 33.990,00	1,64%	
	3	Peças	Marca especificada	1	R\$ 192.000,00	R\$ 192.000,00	4,94%	84,50%	R\$ 29.760,00	1,44%	
	4	Peças	Marca especificada	1	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00	1,54%	83,50%	R\$ 9.900,00	0,48%	
	5	Peças	Marca especificada	1	R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00	3,09%	81,50%	R\$ 22.200,00	1,07%	
	6	Peças	Marca especificada	1	R\$ 110.000,00	R\$ 110.000,00	2,83%	81,50%	R\$ 20.350,00	0,98%	
X	7	Peças	Marca especificada	1	R\$ 8.000,00	R\$ 8.000,00	0,21%	17,00%	R\$ 6.640,00	0,32%	
X	8	Peças	Marca especificada	1	R\$ 13.000,00	R\$ 13.000,00	0,33%	15,00%	R\$ 11.050,00	0,53%	
X	9	Peças	Marca especificada	1	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	0,26%	17,00%	R\$ 8.300,00	0,40%	
	10	Peças	Marca especificada	1	R\$ 8.000,00	R\$ 8.000,00	0,21%	72,50%	R\$ 2.200,00	0,11%	
	11	Peças	Marca especificada	1	R\$ 24.000,00	R\$ 24.000,00	0,62%	83,00%	R\$ 4.080,00	0,20%	
	12	Peças	Marca especificada	1	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	0,26%	83,00%	R\$ 1.700,00	0,08%	
X	25	Peças	Marca especificada	1	R\$ 105.000,00	R\$ 105.000,00	2,70%	83,00%	R\$ 17.850,00	0,86%	
X	26	Peças	Marca especificada	1	R\$ 225.000,00	R\$ 225.000,00	5,79%	84,50%	R\$ 34.875,00	1,68%	
X	27	Peças	Marca especificada	1	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	0,77%	84,00%	R\$ 4.800,00	0,23%	
X	28	Peças	Marca especificada	1	R\$ 270.000,00	R\$ 270.000,00	6,95%	82,00%	R\$ 48.600,00	2,35%	
X	29	Peças	Marca	1	R\$	R\$	4,12%	87,00%	R\$ 20.800,00	1,00%	





			especificada		160.000,00	160.000,00					
X	30	Peças	Marca especificada	1	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	2,57%	87,00%	R\$ 13.000,00	0,63%	
X	31	Peças	Marca especificada	1	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	0,39%	82,00%	R\$ 2.700,00	0,13%	
	32	Peças	Marca especificada	1	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	0,51%	84,50%	R\$ 3.100,00	0,15%	
X	33	Peças	Marca especificada	1	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	2,57%	55,00%	R\$ 45.000,00	2,17%	
X	34	Peças	Marca especificada	1	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	0,77%	44,00%	R\$ 16.800,00	0,81%	
X	35	Peças	Marca especificada	1	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	0,39%	20,00%	R\$ 12.000,00	0,58%	
	36	Peças	Marca especificada	1	R\$ 180.000,00	R\$ 180.000,00	4,63%	85,50%	R\$ 26.100,00	1,26%	
	37	Peças	Marca especificada	1	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	0,51%	83,50%	R\$ 3.300,00	0,16%	
X	38	Peças	Marca especificada	1	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	0,39%	10,00%	R\$ 13.500,00	0,65%	
	39	Peças	Marca especificada	1	R\$ 8.000,00	R\$ 8.000,00	0,21%	78,50%	R\$ 1.720,00	0,08%	
						R\$ 2.262.000,00			R\$ 448.635,00		
		Serviços		1		R\$ 1.622.000,00	41,76%	0,00%	R\$ 1.622.000,00	78,33%	
						R\$ 3.884.000,00			R\$ 2.070.635,00		

PMF - Anita Garibaldi	1	Peças/serviços funilaria	Veiculos pesado	1	R\$ 70.000,00	R\$ 70.000,00	14,58%	10,50%	R\$ 62.650,00	14,53%	10,16%
	2	Peças/serviços retifica	Veiculos leves	1	R\$ 40.000,00	R\$ 40.000,00	8,33%	10,10%	R\$ 35.960,00	8,34%	



	3	Peças/se rviços mecânic o	Veiculos médio	1	R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00	25,00%	10,10%	R\$ 107.880,00	25,02%	
	4	Peças/se rviçosme cânico	Veiculos pesados	1	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00	52,08%	10,10%	R\$ 224.750,00	52,12%	
					R\$ 480.000,00				R\$ 431.240,00		

Planilha de Cálculo elaborada pela Secad

OBJETO				Quantidade
DESCONTO SOBRE PEÇAS E SERVIÇOS				1
Fontes de Consulta	Valores obtidos	<b>Cálculo 1</b> (Subconjunto formado desprezando os valores superiores e inferiores a um desvio padrão da média dos valores obtidos)	<b>Cálculo 2</b> (Subconjunto formado caso o CV do <b>Cálculo 1</b> for maior que 25%)	<b>Cálculo 3</b> (Subconjunto formado caso o CV do <b>Cálculo 2</b> for maior que 25%)
MPPR	30,00%	30,00%	<b>Desconsiderado</b>	<b>Desconsiderado</b>
PMF	26,92%	26,92%	0,27	<b>Desconsiderado</b>
PMSJ - CBM	12,00%	12,00%	0,12	0,12
Porto União	15,48%	15,48%	0,15	0,15
Anita Garibaldi	10,16%	10,16%	0,10	0,10
PMSJ - PC	65,43%	Desconsiderado	<b>Desconsiderado</b>	<b>Desconsiderado</b>
Média Aritmética dos valores obtidos (M)	<b>26,67%</b>	<b>18,91%</b>	<b>16,14%</b>	<b>12,55%</b>
Desvio Padrão dos valores obtidos (DP)	<b>20,62%</b>	<b>8,99%</b>	<b>7,52%</b>	<b>2,70%</b>
Coeficiente de Variação dos Valores Obtidos	<b>77,34%</b>	<b>47,53%</b>	<b>46,58%</b>	<b>21,53%</b>



Limite Superior (LS): Média (M) + Desvio-padrão (DP)	47,29%	27,90%	23,66%	15,25%
Limite Inferior (LI): Média (M) - Desvio-padrão (DP)	6,04%	9,92%	8,62%	9,84%
Q = quantidade de valores obtidos	6,00			
ESTIMATIVA VALOR AJUSTADO (Preço Unitário)	Valor Estimado	Valor Estimado	Valor Estimado	Valor Estimado
	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	12,55%
TOTAL ESTIMADO	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	13,00%

Com base na análise dos dados constantes na planilha elaborada pela Secretaria de Administração – SECAD, verificou-se que os percentuais de desconto praticados em contratações similares apresentam variação compreendida entre 9,84% (limite inferior) e 15,25% (limite superior).

A partir dessa referência empírica, adotou-se como parâmetro para o presente processo licitatório a fixação de percentual mínimo de desconto de 10% e um limite superior de 15% de desconto sobre os valores constantes da tabela de referência utilizada para os serviços de manutenção veicular, esclarecendo-se que referido percentual incidirá sobre a Cília, a qual engloba tanto o fornecimento de peças quanto a prestação de serviços.

Caso alguma licitante apresente proposta com percentual de desconto superior a 15%, deverá apresentar justificativa técnica e econômico-financeira que demonstre a viabilidade da proposta, nos termos da legislação aplicável, podendo a Administração promover as diligências necessárias para verificar a exequibilidade da oferta.

A definição desses limites tem por objetivo assegurar a exequibilidade das propostas, bem como preservar o equilíbrio econômico-financeiro da futura contratação, evitando a apresentação de propostas com descontos excessivamente elevados que possam comprometer a adequada execução dos serviços ou indicar possível inexecuibilidade.

O percentual mínimo de 10% foi estabelecido em consonância com o limite inferior identificado na base de dados analisada (9,84%), sendo arredondado para valor inteiro a fim de conferir maior simplicidade operacional ao certame.



Da mesma forma, o percentual máximo de 15% foi fixado com base no limite superior identificado (15,25%), também ajustado para valor inteiro, mantendo-se alinhado ao comportamento médio observado no mercado e às contratações analisadas.

Assim, os parâmetros estabelecidos buscam compatibilizar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração com a garantia de execução adequada do contrato, fundamentando-se em dados concretos de mercado constantes da planilha de referência elaborada pela SECAD, considerando que o desconto incide sobre a Cília, compreendendo, de forma integrada, peças e serviços.

## **17 – Recursos orçamentários**

**Unidade Demandante: SSI - Secretaria de Segurança Institucional.**

**Unidade Gestora de Orçamento: NULAD .**

### **PEÇAS:**

**PAC ID 08137** Despesas com fornecimento de peças para veículos da frota deste Regional

**Programa de trabalho: 02.1220033.42560042-0000**

**Natureza de despesa: 339030 - material de consumo**

**Subelemento da despesa: 33903039 - material para manutenção de veículos**

### **MANUTENÇÃO:**

**PAC ID 08136** Despesas com serviços de manutenção em veículos da frota deste Regional.

**Programa de trabalho: 02.1220033.42560042-0000**

**Natureza de despesa: 339039 - outros serviços de terceiros (PJ)**



**Subelemento da despesa: 33903919 - manutenção e conservação de veículos**

## 18 – Equipe de Planejamento da Contratação

### Integrante Demandante

Nome: Claudionor da Silva  
Matrícula: 1192  
Lotação: Secretaria de Segurança Institucional - SSI-PJ  
Cargo: Técnico Judiciário  
Ramal: 4289  
E-mail: claudionor.silva@trt12.jus.br

### Substituto do Integrante Demandante

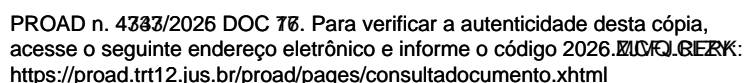
Nome: Norton Rodrigo Scheel  
Matrícula:5038 Lotação: Divisão de Polícia Judicial - DPJUD  
Cargo: Técnico Judiciário  
Ramal: 4036  
E-mail: norton.scheel@trt12.jus.br

## Integrante Técnico

Nome: José Marcos Santos de Carvalho  
Matrícula: 7026  
Lotação: Divisão de Polícia Judicial - DPJUD  
Cargo: Analista Judiciário Nome da Função: Chefe de Seção  
Ramal: 4013  
E-mail: jose.carvalho@trt12.jus.br

## Substituto do Integrante Técnico

Nome: Sérgio Murilo Agostinho  
Matrícula: 1716  
Lotação: Divisão de Inteligência e Contraineligência - DINTC Cargo: Técnico  
Judiciário  
Ramal: 4013  
E-mail: sergio.agostinho@trt12.jus.br



**Integrante administrativo:**

Titular: ARTUR PRANDIN CURY  
Matrícula: 4896  
Lotação: CLC  
Cargo: Técnico Judiciário  
E-mail: artur.cury@trt12.jus.br  
Ramal: 4091

**Integrante administrativo substituto:**

Nome: Alex Wagner Zolet  
Matrícula: 4169  
Lotação: DIGOV  
Cargo: Analista Judiciário  
Email: alex.zolet@trt12.jus.br  
Ramal: 4091

**Data: 19/03/2026.**



## 6 – NÍVEL MÍNIMO DE SERVIÇO

JOSE  
MARCOS  
SANTOS  
DE  
CARVALHO  
24/03/2026 12:25

CLAUDIONOR  
DA SILVA  
24/03/2026 12:52

ARTUR  
PRANDIN  
CURY  
24/03/2026 13:29

### INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

**Definição:** Conforme a Instrução Normativa nº 05/2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) é o mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

Seu principal objetivo é a busca da eficiência e eficácia com o estabelecimento de procedimentos e condições que permitam e estimulem a melhoria constante dos serviços prestados.

**Apuração:** A Contratada deverá atingir a meta de realização dos serviços objeto da contratação. Caso as metas não sejam alcançadas, a gestão do contrato fará os cálculos necessários para fixar a faixa de desconto de pagamento, conforme a tabela de indicadores apresentada ao final deste item.

**Forma de avaliação:** Os serviços efetuados pela Contratada serão objeto de controle da fiscalização e da gestão do contrato, de modo a verificar sua adequação às exigências previstas no instrumento contratual. Mensalmente, caso tenha ocorrido descumprimento de indicador do IMR, a gestão do contrato fará o cálculo do percentual de desconto que incidirá sobre o preço mensal do contrato, e encaminhará à contratada para conhecimento do valor a ser recebido no mês. A gestão do contrato poderá reverter a aplicação do desconto caso a Contratada comprove que o descumprimento do indicador decorreu de fator alheio à sua atuação.

**Sanções:** a aplicação de desconto no pagamento em virtude de não atingimento de níveis mínimos de qualidade do serviço consiste em instrumento de gestão contratual, não configurando sanção. Contudo, o Contratante poderá, pela reiteração ou gravidade em descumprimentos de indicadores do IMR, aplicar sanções, conforme especificado em campo próprio na tabela de indicadores e mediante procedimento próprio para tanto.



**Objeto:** Contratação de empresa especializada na **manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos oficiais do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região**, com fornecimento de peças, materiais e insumos, por **oficina multimarcas licenciada e equipada**, apta a atender às **especificações técnicas dos veículos do Tribunal**, inclusive os que venham a ser incorporados durante a vigência contratual.

Para assegurar **agilidade, economicidade e eficiência operacional**, a oficina deverá possuir **sede ou unidade de atendimento localizada em Florianópolis, São José, Biguaçu ou Palhoça**

**TABELA DE INDICADORES:**

<b>Nº 1: Tempo médio de resposta para pedido de orçamentos para chamados de manutenção. (3 dias úteis)</b>	
<b>Finalidade:</b>	Assegurar a agilidade no atendimento, minimizando o tempo de indisponibilidade dos veículos.
<b>Meta a cumprir:</b>	Cumprimento do prazo de apresentação do orçamento (3 dias úteis).
<b>Tipo de Ocorrência</b>	Tempo de resposta superior a 3 dias úteis, considerando o horário de recebimento do chamado até o envio do orçamento.
<b>Forma Forma de Aferição</b>	Verificação da fiscalização e/ou gestão do contrato.
<b>Percentual de Desconto:</b>	<b>Hipótese de Desconto 1:</b> Atraso entre 3 dias e 4 dias úteis, considerando o horário de recebimento do chamado, 1% do valor do serviço para cada ocorrência.  <b>Hipótese de Desconto 2:</b> Atraso superior a 4 dias úteis. 2% de desconto do valor do serviço para cada ocorrência.
<b>Sanções</b>	Reincidência em 3 ocorrências no mês ensejará advertência formal. Acima de 3 ocorrências no trimestre poderá acarretar multa de 5% da média dos valores dos meses em que houve a ocorrência.





Nº 2: Execução adequada dos chamados de manutenção	
Finalidade:	Garantir um bom estado de conservação e funcionamento dos veículos da frota do Tribunal, mediante realização dos serviços conforme previsto no contrato.
Meta a cumprir:	Executar integralmente a manutenção, preventiva ou corretiva, conforme solicitado.
Tipo de Ocorrência	Não executar a manutenção dos serviços pactuados sem justificativa aceita pela fiscalização.
Forma Forma de Aferição	Verificação da fiscalização e/ou gestão do contrato.
Percentual de Desconto:	<b>Hipótese de Desconto 1:</b> Atraso de até 5 dias úteis. - 1% do valor do serviço em atraso.  <b>Hipótese de Desconto 2:</b> Atraso superior a 5 dias úteis. 2% do valor do serviço em atraso.
Sanções	Reincidência em 3 ocorrências no mês ensejará advertência formal. Acima de 3 ocorrências no trimestre poderá acarretar multa de 5% da média dos valores dos meses em que houve a ocorrência.

Nº 3: Qualidade da manutenção realizada	
Finalidade:	Assegurar que os serviços de manutenção preventiva e corretiva sejam eficazes e eliminem as falhas apresentadas.
Meta a cumprir:	100% dos serviços executados devem apresentar solução definitiva, sem necessidade de retrabalho no mesmo defeito em período inferior a 90 dias.
Tipo de Ocorrência	Retorno do veículo à oficina por falha não solucionada ou serviço mal executado.
Forma Forma de Aferição	Verificação da fiscalização e/ou gestão do contrato.
Percentual de Desconto:	<b>Hipótese de Desconto 1:</b> Necessidade de retrabalho até 1 vez em 90 dias. - 1% do valor do serviço prestado.



	<b>Hipótese de Desconto 2:</b> Necessidade de retrabalho superior a 1 vez em 90 dias. 2% do valor do serviço prestado.
<b>Sanções</b>	<b>2 ocorrências no semestre:</b> Advertência formal. <b>Acima de 2 ocorrências no semestre:</b> multa de 5% da média dos valores dos meses em que houve a ocorrência.

<b>Nº 4: Transparência na execução do serviço</b>	
<b>Finalidade:</b>	Garantir clareza na apresentação de orçamentos, notas fiscais e relatórios técnicos.
<b>Meta a cumprir:</b>	Apresentar orçamento detalhado (peças + mão de obra) e relatório de execução de serviço em 100% dos casos.
<b>Tipo de Ocorrência</b>	Entrega de orçamento ou relatório sem detalhamento adequado.
<b>Forma Forma de Aferição</b>	Verificação da fiscalização e/ou gestão do contrato.
<b>Percentual de Desconto:</b>	<b>Hipótese de Desconto 1:</b> Ocorrência isolada - 1% do valor do serviço prestado.  <b>Hipótese de Desconto 2:</b> Reincidência em um mesmo mês - 2% do valor do serviço prestado
<b>Sanções</b>	<b>3 ocorrências no trimestre:</b> advertência formal. <b>Acima de 3 ocorrências no semestre:</b> multa de 5% da média dos valores dos meses em que houve a ocorrência.

<b>Nº 5: Atendimento ao cliente (conduta e suporte)</b>	
<b>Finalidade:</b>	Assegurar atendimento adequado, cordial e com informações claras.
<b>Meta a cumprir:</b>	100% dos atendimentos devem ocorrer de forma respeitosa e informativa.
<b>Tipo de Ocorrência</b>	Reclamações formais de usuários ou má conduta comprovada.
<b>Forma Forma de Aferição</b>	Verificação da fiscalização e/ou gestão do contrato. Registros de ocorrências.



<b>Percentual de Desconto:</b>	<b>Hipótese de Desconto 1:</b> 1 ocorrência registrada - 1% do valor do serviço prestado. <b>Hipótese de Desconto 2:</b> 2 ou mais ocorrências no mesmo mês - 2% do valor do serviço prestado.
<b>Sanções</b>	<b>2 ocorrências/mês:</b> advertência formal.  <b>Acima de 2 ocorrências/semestre:</b> multa de 5% da média dos valores dos meses em que houve a ocorrência.

<b>Nº 6: Disponibilidade para agendamento</b>	
<b>Finalidade:</b>	Garantir que os veículos possam ser atendidos em prazo adequado à demanda do Tribunal.
<b>Meta a cumprir:</b>	Disponibilizar agenda de atendimento em até 3 dias úteis após solicitação da Administração.
<b>Tipo de Ocorrência</b>	Atraso na disponibilização de data para manutenção.
<b>Forma Forma de Aferição</b>	Conferência pela fiscalização e registros de agendamento.
<b>Percentual de Desconto:</b>	<b>Hipótese de Desconto 1:</b> Atraso até 4 dias úteis - 1% do valor do orçamento apresentado  <b>Hipótese de Desconto 2:</b> Atraso superior a 4 dias úteis - 2% do valor do orçamento apresentado
<b>Sanções</b>	<b>3 ocorrências no trimestre:</b> Advertência formal. <b>5 ocorrências no semestre:</b> multa de 5% da média dos valores dos meses em que houve a ocorrência.

<b>Nº 7: Comunicação com a Contratada</b>	
<b>Finalidade:</b>	Assegurar atendimento ágil, tempestivo e adequado às demandas da Administração.
<b>Meta a cumprir:</b>	100% das comunicações devem ser respondidas <b>pela contratada no prazo máximo de 3 (três) dias úteis</b> , de forma respeitosa, clara



	e informativa.
<b>Tipo de Ocorrência</b>	Reclamações formais de usuários, ausência de resposta dentro do prazo estabelecido ou má conduta comprovada.
<b>Forma de Aferição</b>	Verificação da fiscalização e/ou gestão do contrato, incluindo registros de comunicação, protocolos, mensagens eletrônicas e registros de ocorrências.
<b>Percentual de Desconto:</b>	<b>Hipótese de Desconto 1:</b> 1 ocorrência registrada - 1% do valor do serviço prestado. <b>Hipótese de Desconto 2:</b> 2 ou mais ocorrências no mesmo mês - 2% do valor do serviço prestado.
<b>Sanções</b>	<b>2 ocorrências/mês:</b> advertência formal.  <b>Acima de 2 ocorrências/semestre:</b> multa de 5% da média dos valores dos meses em que houve a ocorrência.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

PROAD n. 4343/2026 DOC 16  
Cadastral nº 39714361-1  
Juntado em 00/08/2026

**TERMO DE CONTRATO - \_\_\_\_/2026**

Termo de contrato de serviço de manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos oficiais do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região que entre si celebram o **Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região** e a empresa .....

**CONTRATANTE:** A União, por meio do **Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região**, estabelecido na rua Esteves Júnior, nº 395, bairro Centro, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, CEP 88015-905, inscrito no CNPJ sob o nº 02.482.005/0001-23, neste ato representado por seu (sua) ....., Senhor (a) ....., conforme delegação de poderes constante da Portaria PRESI nº 260/2023.

**CONTRATADA:** A empresa ....., pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº ....., estabelecida na ....., nº ....., bairro ....., na cidade de ....., Estado de ....., CEP ....., telefone ....., e-mail ....., neste ato representada por seu (sua) ....., Senhor (a) ....., portador (a) da carteira de identidade nº ....., expedida pela ....., e inscrito (a) no CPF/MF sob o nº ....., conforme .....

Os CONTRATANTES resolvem celebrar o presente contrato, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ATO AUTORIZATIVO**

A celebração deste contrato decorre de despacho exarado pelo ..... do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, que adjudicou e homologou a licitação no processo PE 4343/2026.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO DO CONTRATO**

Constitui-se objeto do presente a contratação de empresa especializada na manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos oficiais do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, com fornecimento de peças, materiais e insumos, por oficina multimarcas licenciada e equipada, apta a atender às especificações técnicas dos veículos do Tribunal, inclusive os que venham a ser incorporados durante a vigência contratual.

Para assegurar agilidade, economicidade e eficiência operacional, a oficina deverá possuir sede ou unidade de atendimento localizada em Florianópolis, São José, Biguaçu ou Palhoça.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

A prestação dos serviços obedecerá o seguinte:





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

PROAD n. 4343/2026 DOC 16  
Cadastrado em 09/11/2026  
Juntado em 00/08/2026

**I – Dos serviços de manutenção (preventiva e corretiva):**

- a) diagnóstico técnico/eletrônico avançado e desmontagem para identificação de falhas, com scanner multimarcas atualizado, programação e reset de módulos, além de atualização de software embarcado;
- b) manutenção de motores, sistemas de transmissão, suspensão, freios, direção e arrefecimento, limpeza de bicos, corpo de borboleta, bomba de combustível, tanque de combustível;
- c) serviços de alinhamento, balanceamento, cambagem, câster e convergência/divergência;
- d) substituição e/ou reparo de sistemas elétricos e eletrônicos;
- e) troca de peças genuínas ou originais de reposição;
- f) lavagem técnica após serviços que envolvam troca de fluidos ou desmontagem pesada.
- g) Elaboração de orçamentos detalhados por serviço e peça;
- h) atendimento a veículos de diferentes marcas e modelos (multimarcas);
- i) recebimento e guarda segura dos veículos durante os serviços;
- j) serviços de funilaria/pintura e especializados em envelopamento, plotagem ou adesivagem institucional;
- k) instalação e reparos em acessórios originais e não originais (películas, insulfilme, alarmes não originais, som automotivo);
- l) troca de pneus – cabe à oficina fornecer, montar, alinhar e balancear;
- m) reparo de pneus e rodas;
- n) substituição de pára-brisas e vidros;
- o) verificação e substituição de bateria;
- p) manutenção e reparos nos sistemas complementares de viaturas (sirenes, sinalizadores, iluminação de emergência, rádios comunicadores, câmeras embarcadas e suportes internos), com reinstalação e testes funcionais;
- q) sistema de escapamento e emissões, catalisador, sonda lambda, silencioso e inspeção de emissões;
- r) híbridos e elétricos: baterias de tração, inversores, sistema ADAS (sensores, radar, câmera);
- s) a contratação abrangerá todos os veículos atuais da frota do Tribunal, bem como





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

PROAD n. 4343/2026 DOC 16  
Cadastrado em 09/01/2026  
Juntado em 00/08/2026

aqueles que venham a ser incorporados durante a vigência contratual.

## II - Revisões Preventivas:

a) as revisões preventivas dos veículos que compõem a frota devem ser feitas, a princípio, a cada 12 meses ou 10 mil quilômetros percorridos, ou de acordo com o manual do fabricante;

b) a manutenção preventiva compreende as revisões periódicas descritas no manual do fabricante ou indicadas pela Contratante, com trocas de peças e serviços visando a prevenção de falhas;

c) as revisões preventivas fora deste período serão indicadas e justificadas pelo diretor da SSI-PJ;

d) as revisões preventivas dos veículos que ainda estão em garantia de fábrica, abaixo especificados, serão realizadas em concessionárias ou empresas credenciadas pelas montadoras de modo que, por ora, não integrarão o presente contrato. Finalizada a garantia, os veículos serão automaticamente atendidos pelo contrato;

**Relação de Veículos Ainda em garantia do TRT-12**

Ordem	Veículo	Placa	Ano de Fabricação	Vencimento da Garantia de fábrica	Combustível
01	Corolla Altis	RYD7B18	2022	Novembro de 2029	Híbrido
02	Corolla Altis	RYD7B58	2022	Novembro de 2029	Híbrido
03	Corolla Altis	RYD7B98	2022	Novembro de 2029	Híbrido
04	Corolla Cross	RYO3H86	2023	Março de 2030	Híbrido
05	Corolla Cross	RYO3I16	2023	Março de 2030	Híbrido
06	Sprinter 415	MLI 2149	2014	Garantia até 75000 km	diesel
07	Sprinter 413	QIX 5389	2017	Garantia até 75000 km	diesel
08	BYD Song Pro GS DM	TPT1I50	2025	dezembro de 2033	Híbrido
09	BYD Song Pro GS DM	TPT1G90	2025	dezembro de 2033	Híbrido
10	BYD Song Pro GS DM	TPT1H30	2025	dezembro de 2033	Híbrido





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

### III - Revisões Corretivas:

a) as revisões corretivas serão realizadas de acordo com a demanda;

b) a manutenção corretiva compreende a restauração da operacionalidade do veículo por substituição de peças e execução de ajustes técnicos sempre que forem detectadas falhas.

### IV - Aspectos gerais:

#### IV.I - Serviços oferecidos pela oficina:

a) execução de manutenção preventiva conforme cronograma e manual do fabricante;

b) atendimento corretivo para reparos mecânicos, elétricos e eletrônicos;

c) diagnóstico e solução de falhas;

e) fornecimento e substituição de peças originais ou certificadas, conforme especificações dos fabricantes;

f) emissão mensal de relatórios detalhados das ordens de serviço e peças utilizadas.

#### IV.II - Requisitos da Oficina:

##### a) infraestrutura física geral

a.a) a contratada deverá dispor de instalações adequadas, em conformidade com as normas de segurança do trabalho e de vigilância sanitária;

a.b) o espaço físico deverá ser compatível com a prestação dos serviços, assegurando organização, segurança e eficiência operacional.

##### b) área de manutenção e execução dos serviços

b.a) a contratada deverá dispor de boxes de serviço ou áreas cobertas;

b.b) Deverão estar equipados com elevadores automotivos, bancadas de trabalho e ferramental apropriado para a execução dos serviços.

##### c) equipe técnica

c.a) a contratada deverá dispor de equipe técnica qualificada e devidamente treinada;

c.b) a equipe deverá ser apta à execução dos serviços com qualidade, segurança e observância das boas práticas do setor.







PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

**d) localização**

d.a) a oficina deverá estar localizada nos municípios de Florianópolis, São José, Biguaçu ou Palhoça.

**e) práticas ambientais**

e.a) deverá observar as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União – AGU.

**f) serviços complementares e boas práticas**

f.a) a contratada deverá possibilitar, quando solicitado, a retirada e devolução dos veículos, mediante prévio agendamento e autorização formal da Administração.

**g) garantia dos serviços**

g.a) deverá ser assegurada garantia mínima de 90 (noventa) dias para todos os serviços executados e peças fornecidas;

g.b) a garantia deverá observar o disposto no Código de Defesa do Consumidor.

**V - Certificações e conformidades:**

Documentos de obrigatoriedade legal:

a) CNPJ: Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, obtido na Receita Federal;

b) alvará de funcionamento: emitido pela prefeitura, comprova que a oficina atende às normas municipais;

c) auto de vistoria do corpo de bombeiros (AVCB): certifica que o local está seguro contra incêndios;

d) licença ambiental ou certificado de dispensa ambiental: necessária para lidar com resíduos e produtos químicos, como óleos e graxas. A licença pode ser de operação, ou um certificado de dispensa para atividades de pequeno porte;

e) autorização da vigilância sanitária: garante o cumprimento das normas sanitárias e de higiene, sendo requisito para o alvará de funcionamento.

**VI - Comprovação de experiência prévia:**

a) deverá(ão) ser apresentado(s) atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução satisfatória de serviços de manutenção automotiva de natureza e porte compatíveis com o objeto desta contratação.

b) os atestados deverão comprovar que a licitante executou, de forma contínua, por período mínimo de 2 (dois) anos, serviços de manutenção automotiva similares aos ora licitados,





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

PROAD n. 4343/2026 DOC 16  
Cadastrado em 09/11/2026  
Juntado em 00/08/2026

demonstrando experiência prévia na execução de atividades compatíveis em complexidade, quantidade e relevância com o objeto contratual.

## **VII - Serviços Abrangidos pela Contratação:**

A oficina contratada deverá executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos oficiais, abrangendo todas as marcas e modelos (multimarcas), conforme as seguintes categorias e atividades:

### **a) diagnóstico e orçamentação**

a.a) diagnóstico técnico e desmontagem para identificação de falhas;

a.b) emissão de laudos técnicos e inspeções veiculares (média/grande monta, INMETRO);

a.c) elaboração de orçamentos detalhados, discriminando serviços, peças, quantidades, valores unitários e totais e o código da peça genuína da marca .

### **b) mecânica geral**

b.a) manutenção e reparo de motores, retífica, câmbio, sistema de embreagem e injeção eletrônica;

b.b) serviços em sistemas de freios, direção, arrefecimento, suspensão e transmissão;

b.c) troca de peças genuínas ou originais de reposição.

### **c) sistemas elétrico e eletrônico**

c.a) substituição e/ou reparo de chicotes, faróis, comandos, vidros, limpadores, sensores e módulos;

c.b) diagnóstico eletrônico com scanner automotivo multimarcas atualizado.

### **d) sistemas hidráulico e pneumático**

d.a) manutenção de freios, direção hidráulica e demais componentes correlatos;

d.b) reparo e substituição de mangueiras, conexões e cilindros.

### **e) suspensão, rodas e pneus**

e.a) fornecimento, troca e reparo de pneus, câmaras, válvulas e rodas;

e.b) serviços de balanceamento, alinhamento, cambagem e cáster (com ou sem equipamentos computadorizados).





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

PROAD n. 4343/2026 DOC 16  
Cadastral nº 3971 436 NIEB-PRANOISAWIR  
Juntado em 00/08/2026

**f) funilaria, lanternagem e pintura**

f.a) recuperação de lataria, pára-choques, carroceria, soldas e pintura automotiva;

f.b) polimento, cristalização e pintura interna ou externa;

f.c) aplicação ou remoção de plotagem, adesivos e envelopamentos.

**g) capotaria e interior**

g.a) reparo e substituição de estofamentos, forros, bancos, cintos de segurança, borrachas e estruturas internas.

**h) vidraçaria e acessórios**

h.a) substituição de vidros e retrovisores, aplicação de películas e polimento de faróis;

h.b) instalação e reparos em acessórios não originais (películas, insulfilm, alarmes não originais, som automotivo).

**i) ar-condicionado e climatização**

i.a) reparo, recarga de gás, substituição de filtros e compressores, diagnóstico eletrônico do sistema.

**j) lubrificação e fluidos**

j.a) troca de óleo de motor, câmbio e diferenciais;

j.b) substituição de filtros (óleo, combustível, ar e cabine);

j.c) troca de fluidos de freio, direção e arrefecimento.

j.d) observação: a troca de óleos lubrificantes deverá ser realizada em estrita conformidade com as recomendações do fabricante, constantes no manual do veículo ou equipamento, devendo ser respeitados os prazos de substituição, especificações técnicas, viscosidade, classificação e padrões de qualidade indicados, sob pena de não aceitação do serviço pela fiscalização.

**k) serviços complementares**

k.a) chaveiro automotivo (cópia de chaves simples ou codificadas, abertura de portas e conserto de fechaduras);

k.b) lavagem técnica após serviços que envolvam troca de fluidos ou desmontagem pesada;

k.c) recebimento, guarda segura e devolução dos veículos durante a execução dos





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

PROAD n. 4343/2026 DOC 16  
Cadastrado em 07/11/2026  
Juntado em 07/08/2026

serviços;

k.d) execução de outros serviços correlatos, desde que relacionados ao objeto da contratação e previamente aprovados pela Contratante.

**l) atendimento a panes e remoção de veículos**

l.a) a contratada deverá disponibilizar atendimento no local (in loco) para solução de panes de baixa complexidade que permitam o reparo imediato e a liberação do veículo para uso.

l.b) quando constatada a impossibilidade de reparo no local, ou quando a pane exigir intervenção técnica em ambiente de oficina, a Contratada deverá providenciar o serviço de guincho para remoção do veículo até a oficina, desde que tais eventos não estejam cobertos pelo contrato de seguro vigente da frota.

m) a contratação abrangerá todos os veículos atuais da frota do Tribunal, bem como aqueles que venham a ser incorporados durante a vigência contratual. Os veículos em garantia, **abaixo listados**, por ora, não estarão inseridos no contrato. Finalizado o período de garantia, serão automaticamente incluídos.

**Relação de Veículos Ainda em garantia do TRT-12**

Ordem	Veículo	Placa	Ano de Fabricação	Vencimento da Garantia de fábrica	Combustível
01	Corolla Altis	RYD7B18	2022	Novembro de 2029	Híbrido
02	Corolla Altis	RYD7B58	2022	Novembro de 2029	Híbrido
03	Corolla Altis	RYD7B98	2022	Novembro de 2029	Híbrido
04	Corolla Cross	RYO3H86	2023	Março de 2030	Híbrido
05	Corolla Cross	RYO3I16	2023	Março de 2030	Híbrido
06	Sprinter 415	MLI 2149	2014	Garantia até 75000 km	diesel
07	Sprinter 413	QIX 5389	2017	Garantia até 75000 km	diesel
08	BYD Song Pro GS DM	TPT1I50	2025	dezembro de 2033	Híbrido
09	BYD Song Pro GS DM	TPT1G90	2025	dezembro de 2033	Híbrido
10	BYD Song Pro GS DM	TPT1H30	2025	dezembro de 2033	Híbrido





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

PR0ADn4343/2026 DOC 16  
Cadastrado em 07/08/2026  
Juntado em 07/08/2026

**VIII - Serviços que não fazem parte do escopo da manutenção preventiva e corretiva:**

- a) abastecimento de combustíveis;
- b) troca e recarga de extintores de incêndio;
- c) lavagem, higienização e polimento de veículos (salvo limpeza técnica necessária após reparo);
- d) revisões em concessionária para preservação de garantia de fábrica (se ainda vigente);
- e) adequações estruturais ou reformas fora da manutenção regular (ex.: blindagem, transformação de carroceria).

**IX - Justificativa para a localização da Oficina Multimarcas nos Municípios de Florianópolis, São José, Biguaçu e Palhoça:**

- a) a SSI-PJ tem sua central administrativa localizada na sede, razão pela qual o acompanhamento dos serviços em oficinas de outras localidades traria custo administrativo desproporcional com o deslocamento de servidores para fiscalizar os serviços a serem realizados;
- b) a restrição da localização da oficina multimarcas aos municípios de Florianópolis, São José, Biguaçu e Palhoça fundamenta-se em critérios técnicos, logísticos e de economicidade, voltados à eficiência na execução dos serviços de manutenção da frota oficial do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região;
- c) a frota do Tribunal encontra-se concentrada em Florianópolis, o que torna essencial a proximidade física da oficina contratada para assegurar agilidade no atendimento, redução de custos operacionais e diminuição do tempo de indisponibilidade dos veículos;
- d) a escolha dessa área geográfica possibilita melhor aproveitamento dos recursos públicos, uma vez que reduz o tempo e o custo de deslocamento dos veículos, além de facilitar o acompanhamento técnico, a fiscalização contratual e o controle da execução dos serviços por parte dos servidores responsáveis;
- e) os municípios de Florianópolis, São José, Biguaçu e Palhoça dispõem de mercado amplamente estruturado, com diversas oficinas multimarcas qualificadas e capazes de atender aos requisitos técnicos e operacionais exigidos, o que garante ampla competitividade e observância aos princípios da isonomia, eficiência e economicidade previstos no art. 37 da Constituição Federal e na Lei nº 14.133/2021;
- f) dessa forma, a delimitação geográfica proposta não configura restrição indevida à competitividade, mas sim medida técnica e proporcional, necessária para assegurar eficiência operacional, economicidade e continuidade dos serviços prestados pela frota oficial do Tribunal;
- g) as peças substituídas devem ser novas, originais ou genuínas, com garantia de fábrica;





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

h) em casos excepcionais, poderão ser usadas peças paralelas de qualidade equivalente, mediante autorização formal da Contratante;

i) em caso de instalação inadequada, a oficina deverá refazer o serviço sem custos adicionais;

j) a contratada deverá disponibilizar à Contratante, para fins de conferência, as peças substituídas. Após a verificação pela fiscalização/gestão do contrato e mediante autorização expressa da Administração, a Contratada ficará responsável pela gestão e pelo descarte final das peças removidas, que deverá ocorrer de forma ambientalmente adequada, nos termos da legislação aplicável, em atenção ao princípio da economicidade;

k) a contratada terá o prazo de 03 dias úteis para avaliar o veículo e repassar à contratante o diagnóstico acompanhado de orçamento detalhado, listando os serviços, tempo estimado para execução, peças e demais insumos. Se o serviço demandar prazo maior para ser executado, a contratada deverá apresentar justificativa prévia ao término do prazo, que será avaliado pela contratante;

l) os lubrificantes devem atender às especificações dos fabricantes dos veículos;

m) o orçamento deverá detalhar serviços, tempo estimado, peças e materiais (marca, modelo, código, quantidade e valores);

n) caso o serviço não seja aprovado pela Contratantes, caberá à contratada seu refazimento sem custos adicionais;

o) no caso de o veículo apresentar problema relacionado aos serviços realizados, dentro do prazo de garantia , caberá à contratada seu refazimento, sem custos adicionais;

p) os valores de peças e serviços serão submetidos à análise e aprovação prévia da Contratante;

q) nenhum serviço poderá ser iniciado sem envio prévio de orçamento eletrônico e autorização da Contratante, de acordo com os parâmetros de preços adotados pela Contratante;

r) a contratante se resguarda no direito de realizar perícia no veículo em oficina especializada, quando houver dúvida quanto ao diagnóstico apresentado, ficando resguardado à contratada o pagamento de eventuais serviços de diagnóstico previamente realizados no veículo.

**X - Da garantia das peças, materiais e dos serviços:**

A oficina contratada deverá conceder garantia dos serviços e peças fornecidas, nos seguintes termos:

a) para os serviços de balanceamento de rodas, alinhamento e geometria, o prazo de garantia será de 03 (três) meses ou 5.000 (cinco mil) quilômetros, o que ocorrer por último;

b) para os serviços de lanternagem e pintura, o prazo de garantia não poderá ser





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

PROAD n. 4343/2026 DOC 16  
Cadastral nº 39714361-1  
Juntado em 00/08/2026

inferior a 06 (seis) meses;

c) para as peças, componentes e acessórios, a garantia mínima será de 03 (três) meses, contados a partir da data da efetiva instalação no veículo;

d) para serviços e peças utilizados em retífica de motor (bloco e cabeçote), caixa de câmbio, diferencial, motor de partida, bomba injetora, turbinas, direção hidráulica, ar-condicionado, a garantia será de 06 (seis) meses ou 15.000 (quinze mil) quilômetros, o que ocorrer por último, salvo quando o fabricante oferecer prazo superior, hipótese em que prevalecerá a garantia do fabricante;

e) para os serviços em câmbio e suspensão, a garantia mínima será de 06 (seis) meses ou 15.000 km, o que ocorrer por último;

f) demais serviços e peças: 03 (três) meses ou 5.000 (cinco mil) quilômetros, o que ocorrer por último, salvo disposição mais favorável do fabricante da peça;

g) a garantia deverá ser honrada pela oficina responsável pela execução do serviço, mesmo após o encerramento ou rescisão contratual.

**XI - Das responsabilidades da oficina contratada:**

a) comunicar à contratante qualquer anormalidade observada no veículo e prestar os devidos esclarecimentos;

b) executar fielmente os serviços conforme as Ordens de Serviço autorizadas pela Contratante, com observância às normas técnicas e às especificações do fabricante dos veículos;

c) reparar, substituir ou refazer, sem ônus para a Contratante, quaisquer peças ou serviços que apresentem vícios, defeitos ou falhas durante o período de garantia;

d) utilizar peças novas e originais ou de qualidade equivalente, conforme previamente aprovado pela Contratante;

e) garantir o livre acesso da fiscalização da Contratante às instalações da oficina durante a execução dos serviços;

f) responder por danos, avarias ou extravio de bens da Contratante sob sua guarda, inclusive acessórios instalados nos veículos;

g) não empregar mão de obra menor de idade em desacordo com a legislação vigente, tampouco permitir trabalho em condições insalubres ou perigosas;

h) manter atualizada sua documentação fiscal e habilitatória durante toda a vigência contratual;

i) guardar sigilo sobre quaisquer informações da Contratante às quais tenha acesso em decorrência da execução contratual;







PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

PROAD n. 4343/2026 DOC 16  
Cadastral nº 39714361-1  
Juntado em 00/08/2026

- j) prestar os serviços com mão de obra qualificada, observando os padrões de qualidade estabelecidos pelo fabricante e pela contratante;
- k) fornecer relatórios mensais de execução dos serviços contendo os detalhes da manutenção, peças aplicadas, laudos e garantias;
- l) submeter previamente à aprovação da Contratante os orçamentos de manutenção contendo a descrição dos serviços, peças, código de referência, valores e tempo estimado de execução;
- m) prestar esclarecimentos solicitados pela Contratante no prazo de até 03 (três) dias úteis.
- n) disponibilizar canal de atendimento para comunicação direta e imediata com a Contratante durante toda a vigência do contrato;
- o) em caso de teste externo com os veículos, observar as normas de segurança, respeitar o Código de Trânsito Brasileiro e fixar sinalização provisória conforme legislação vigente;
- p) disponibilizar agenda de atendimento **em até 3 dias úteis** após solicitação da Administração. Em casos específicos, justificados pela contratada e autorizados pela SSI-PJ, **o prazo poderá ser prorrogado**;
- q) assegurar a agilidade no atendimento, minimizando o tempo de indisponibilidade dos veículos. A Contratada deverá apresentar o orçamento **em até 3 dias úteis**. Em caso específicos, justificados pela contratada e autorizados pela SSI-PJ, **o prazo poderá ser prorrogado**;
- r) observação: de posse do orçamento, a contratante realizará consulta na plataforma Cilia, adotada pelo Tribunal como referência de preços, para autorizar a realização do serviço. A partir da consulta feita pela Contratante, o preço apresentado pela Contratada deverá estar em equilíbrio com o preço de mercado apurado na referida plataforma, não podendo ultrapassar o valor indicado na tabela, com a aplicação do desconto concedido em licitação;
- s) vale lembrar que a Contratante adota a plataforma Cilia como base para referência de preços;
- t) a contratada poderá, justificadamente, alegar incompatibilidade entre o preço de mercado e aquele registrado na plataforma de referência de preços, nesse caso, o orçamento será analisado pela contratante;
- u) caso o serviço ou peça não esteja previsto na plataforma de referência de preços, a contratante realizará pesquisa com outros 3 fornecedores para comprovação do preço de mercado.

## XII - Sustentabilidade

Para atender, na medida do possível, às disposições da Resolução CSJT nº. 310/2021, que aprovou o Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, os serviços







PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

PRONAD n. 4343/2026 DOC 16  
Cadastrado em 09/01/2026  
Juntado em 00/08/2026

devem observar os seguintes Critérios de Sustentabilidade:

- a) promover o respeito à diversidade e à equidade, de forma a combater a discriminação que se baseie em preconceito e envolva distinção, exclusão e preferência que tenham o efeito de anular a igualdade de tratamento ou oportunidades;
- b) contribuir para a erradicação do trabalho infantil e para proteger o adolescente do trabalho ilegal;
- c) contribuir para a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório;
- d) promover a saúde ocupacional e prevenir riscos e doenças relacionados ao trabalho;
- e) obedecer às Normas Técnicas, de Saúde, de Higiene e de Segurança do Trabalho, de acordo com as Normas Regulamentadoras do MTE nºs. 01 e 36, consistindo em obrigações, direitos e deveres a serem cumpridos por empregadores e trabalhadores com o objetivo de garantir trabalho seguro e sadio, prevenindo a ocorrência de Doenças e Acidentes de Trabalho;
- f) fornecer aos empregados os Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, que se fizerem necessários, para a execução de serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE;
- g) elaborar e Implantar, quando necessário, o Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR e o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), de acordo com as Normas Regulamentadoras da Secretaria do Trabalho;
- h) assegurar, durante a vigência do contrato, capacitação a todos os trabalhadores em saúde e segurança no trabalho, dentro da jornada de trabalho, com carga horária mínima de 2 (duas) horas mensais, conforme Resolução CSJT nº 98/201;
- i) cabe a contratada comprovar, quanto a todos os trabalhadores alocados na execução dos serviços, a capacitação em saúde e segurança do trabalho, com ênfase na prevenção de acidentes, com carga horária mínima de 2 (duas) horas mensais, a ser realizada dentro da jornada de trabalho, nos termos da Resolução nº 98/2012 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho;
- j) cabe a contratada apresentar, semestralmente, comprovação do regular cumprimento da política de empregabilidade de pessoas com deficiência, na proporção estabelecida no art. 93 da Lei nº 8.231/1991;
- k) assegurar a destinação ambientalmente adequada de resíduos automotivos, tais como óleos lubrificantes usados, filtros, baterias, pneus e demais componentes substituídos, mediante comprovação de entrega a empresa licenciada pelo órgão ambiental competente.

**XII.I - Aquisição ou serviços que envolvam a utilização de óleo lubrificante**



PRONAD n. 4343/2026 DOC 16  
Para verificar a autenticidade desta cópia,  
acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2026.MTEP.RENIX:  
<https://proad.trt12.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

Conforme orienta o **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – AGU, 2024, item 26 – Óleo Lubrificante** - as contratações públicas que envolvam a aquisição de óleo lubrificante ou a execução de serviços que demandem sua utilização (como manutenção de veículos oficiais) devem observar integralmente as normas ambientais e regulatórias aplicáveis, em especial:

a) lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;

b) decreto nº 10.936/2022, que a regulamenta;

c) resolução CONAMA nº 362/2005, que dispõe sobre o recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado;

d) resolução ANP nº 804/2019, que estabelece critérios para o registro e comercialização de óleos e graxas lubrificantes.  
<https://www.gov.br/agu/pt-br/assuntos-1/Publicacoes/cartilhas/guia-nacional-de-contratacoes-sustentaveis-2024.pdf>

#### **XII.II - Aquisição ou serviços que envolvam a utilização de pilhas e baterias**

Conforme orienta o **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – AGU, 2024, item 27 – Pilhas e Baterias**, as contratações públicas que envolvam a aquisição de pilhas e baterias ou a execução de serviços que demandem sua utilização (como manutenção de veículos oficiais) devem observar integralmente as normas ambientais e regulatórias aplicáveis, em especial:

a) lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;

b) decreto nº 10.936/2022, que a regulamenta;

c) resolução CONAMA nº 401/2008;

d) instrução normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012 (Institui, para fabricantes nacionais e importadores, os procedimentos relativos ao controle do recebimento e da destinação final de pilhas e baterias ou produto que as incorporem.)

e) portaria INMETRO nº 145, de 28 de março de 2022 (Aprova os Regulamentos Técnicos da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Componentes Automotivos – Consolidado)  
<https://www.gov.br/agu/pt-br/assuntos-1/Publicacoes/cartilhas/guia-nacional-de-contratacoes-sustentaveis-2024.pdf>

f) o descumprimento das obrigações de sustentabilidade e de destinação ambientalmente adequada dos óleos lubrificantes, conforme o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, sujeitará a contratada às sanções previstas no contrato e na legislação ambiental pertinente;

#### **XII.III - Da Sustentabilidade e Inclusão Social**





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

a) além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos, sempre que possível, os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e na Resolução CSJT nº. 310/2023;

b) a contratada deverá apresentar, anualmente, declaração acerca do regular cumprimento da política de empregabilidade de jovens aprendizes, nos termos do Art. 429 da CLT (Decreto-Lei nº 5.452/1943);

c) cabe a Contratada comprovar, quanto a todos os trabalhadores alocados na execução dos serviços, a capacitação em saúde e segurança do trabalho, com ênfase na prevenção de acidentes, com carga horária mínima de 2 (duas) horas mensais, a ser realizada dentro da jornada de trabalho, nos termos da Resolução nº 98/2012 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho;

d) cabe à contratada manter o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO consoante os termos dos artigos 7º e 13 da Resolução CSJT nº 141/2014.

Parágrafo único - Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação, nos casos de superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere as condições de execução do contrato; impedimento de execução do contrato por fato ou ato da Administração ou de terceiro, comprovado por documento contemporâneo à sua ocorrência, devendo a solicitação ser apresentada até o vencimento da obrigação, conforme o art. 36, alínea “b” da Portaria PRESI nº 340/2022.

### **XIII - Nível Mínimo de Serviço**

#### **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**

**a) definição:** Conforme a Instrução Normativa nº 05/2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) é o mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento. Seu principal objetivo é a busca da eficiência e eficácia com o estabelecimento de procedimentos e condições que permitam e estimulem a melhoria constante dos serviços prestados;

**b) apuração:** A Contratada deverá atingir a meta de realização dos serviços objeto da contratação. Caso as metas não sejam alcançadas, a gestão do contrato fará os cálculos necessários para fixar a faixa de desconto de pagamento, conforme a tabela de indicadores apresentada ao final deste item;

**c) forma de avaliação:** Os serviços efetuados pela Contratada serão objeto de controle da fiscalização e da gestão do contrato, de modo a verificar sua adequação às exigências previstas no instrumento contratual. Mensalmente, caso tenha ocorrido descumprimento de indicador do IMR, a gestão do contrato fará o cálculo do percentual de desconto que incidirá sobre o preço mensal do contrato, e encaminhará à Contratada para conhecimento do valor a ser recebido no mês. A gestão do contrato poderá reverter a aplicação do desconto caso a Contratada comprove que o descumprimento do indicador decorreu de fator alheio à sua atuação;





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

**d) sanções:** a aplicação de desconto no pagamento em virtude de não atingimento de níveis mínimos de qualidade do serviço consiste em instrumento de gestão contratual, não configurando sanção. Contudo, o Contratante poderá, pela reiteração ou gravidade em descumprimentos de indicadores do IMR, aplicar sanções, conforme especificado em campo próprio na tabela de indicadores e mediante procedimento próprio para tanto.

**Tabela de Indicadores:**

Indicador nº 1	Tempo médio de resposta para pedido de orçamentos para chamados de manutenção. (3 dias úteis)
Finalidade	Assegurar a agilidade no atendimento, minimizando o tempo de indisponibilidade dos veículos.
Meta a cumprir	Cumprimento do prazo de apresentação do orçamento (3 dias úteis).
Tipo de ocorrência	Tempo de resposta superior a 3 dias úteis, considerando o horário de recebimento do chamado até o envio do orçamento.
Forma de aferição	Verificação da fiscalização e/ou gestão do contrato.
Percentual de desconto	<b>Hipótese de Desconto 1:</b> Atraso entre 3 dias e 4 dias úteis, considerando o horário de recebimento do chamado, 1% do valor do serviço para cada ocorrência. <b>Hipótese de Desconto 2:</b> Atraso superior a 4 dias úteis. 2% de desconto do valor do serviço para cada ocorrência.
Sanções	Reincidência em 3 ocorrências no mês ensejará advertência formal. Acima de 3 ocorrências no trimestre poderá acarretar multa de 5% da média dos valores dos meses em que houve a ocorrência.

Indicador nº 2	Execução adequada dos chamados de manutenção
Finalidade	Garantir um bom estado de conservação e funcionamento dos veículos da frota do Tribunal, mediante realização dos serviços conforme previsto no contrato.
Meta a cumprir	Executar integralmente a manutenção, preventiva ou corretiva, conforme solicitado
Tipo de ocorrência	Não executar a manutenção dos serviços pactuados sem justificativa aceita pela fiscalização.
Forma de aferição	Verificação da fiscalização e/ou gestão do contrato
Percentual de desconto	<b>Hipótese de Desconto 1:</b> Atraso de até 5 dias úteis. - 1% do valor do serviço em atraso. <b>Hipótese de Desconto 2:</b> Atraso superior a 5 dias úteis. 2% do valor do serviço em atraso.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

PROAD n. 4343/2026 DOC 16  
Cadastral nº 3971436  
Juntado em 00/08/2026

<b>Sanções</b>	Reincidência em 3 ocorrências no mês ensejará advertência formal. Acima de 3 ocorrências no trimestre poderá acarretar multa de 5% da média dos valores dos meses em que houve a ocorrência.
----------------	--

Indicador nº 3	Qualidade da manutenção realizada
<b>Finalidade</b>	Assegurar que os serviços de manutenção preventiva e corretiva sejam eficazes e eliminem as falhas apresentadas.
<b>Meta a cumprir</b>	100% dos serviços executados devem apresentar solução definitiva, sem necessidade de retrabalho no mesmo defeito em período inferior a 90 dias.
<b>Tipo de ocorrência</b>	Retorno do veículo à oficina por falha não solucionada ou serviço mal executado.
<b>Forma de aferição</b>	Verificação da fiscalização e/ou gestão do contrato.
<b>Percentual de desconto</b>	<b>Hipótese de Desconto 1:</b> Necessidade de retrabalho até 1 vez em 90 dias. - 1% do valor do serviço prestado. <b>Hipótese de Desconto 2:</b> Necessidade de retrabalho superior a 1 vez em 90 dias. 2% do valor do serviço prestado
<b>Sanções</b>	<b>2 ocorrências no semestre:</b> Advertência formal. <b>Acima de 2 ocorrências no semestre:</b> multa de 5% da média dos valores dos meses em que houve a ocorrência.

Indicador nº 4	Transparência na execução do serviço
<b>Finalidade</b>	Garantir clareza na apresentação de orçamentos, notas fiscais e relatórios técnicos.
<b>Meta a cumprir</b>	Apresentar orçamento detalhado (peças + mão de obra) e relatório de execução de serviço em 100% dos casos.
<b>Tipo de ocorrência</b>	Entrega de orçamento ou relatório sem detalhamento adequado
<b>Forma de aferição</b>	Verificação da fiscalização e/ou gestão do contrato.
<b>Percentual de desconto</b>	<b>Hipótese de Desconto 1:</b> Ocorrência isolada - 1% do valor do serviço prestado. <b>Hipótese de Desconto 2:</b> Reincidência em um mesmo mês - 2% do valor do serviço prestado
<b>Sanções</b>	<b>3 ocorrências no trimestre:</b> advertência formal. <b>Acima de 3 ocorrências no semestre:</b> multa de 5% da média dos valores dos meses em que houve a ocorrência.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

Indicador nº 5	Atendimento ao cliente (conduta e suporte)
Finalidade	Assegurar atendimento adequado, cordial e com informações claras.
Meta a cumprir	100% dos atendimentos devem ocorrer de forma respeitosa e informativa.
Tipo de ocorrência	Reclamações formais de usuários ou má conduta comprovada
Forma de aferição	Verificação da fiscalização e/ou gestão do contrato. Registros de ocorrências.
Percentual de desconto	<b>Hipótese de Desconto 1:</b> 1 ocorrência registrada - 1% do valor do serviço prestado. <b>Hipótese de Desconto 2:</b> 2 ou mais ocorrências no mesmo mês - 2% do valor do serviço prestado
Sanções	<b>2 ocorrências/mês:</b> advertência formal. <b>Acima de 2 ocorrências/semestre:</b> multa de 5% da média dos valores dos meses em que houve a ocorrência.

Indicador nº 6	Disponibilidade para agendamento
Finalidade	Garantir que os veículos possam ser atendidos em prazo adequado à demanda do Tribunal.
Meta a cumprir	Disponibilizar agenda de atendimento em até 3 dias úteis após solicitação da Administração.
Tipo de ocorrência	Atraso na disponibilização de data para manutenção.
Forma de aferição	Conferência pela fiscalização e registros de agendamento
Percentual de desconto	<b>Hipótese de Desconto 1:</b> Atraso até 4 dias úteis - 1% do valor do orçamento apresentado <b>Hipótese de Desconto 2:</b> Atraso superior a 4 dias úteis - 2% do valor do orçamento apresentado
Sanções	<b>3 ocorrências no trimestre:</b> Advertência formal. <b>5 ocorrências no semestre:</b> multa de 5% da média dos valores dos meses em que houve a ocorrência.

Indicador nº 7	Comunicação com a Contratada
Finalidade	Assegurar atendimento ágil, tempestivo e adequado às demandas da Administração.
Meta a cumprir	100% das comunicações devem ser respondidas pela contratada no prazo máximo







PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

	de 3 (três) dias úteis, de forma respeitosa, clara e informativa.
<b>Tipo de ocorrência</b>	Reclamações formais de usuários, ausência de resposta dentro do prazo estabelecido ou má conduta comprovada.
<b>Forma de aferição</b>	Verificação da fiscalização e/ou gestão do contrato, incluindo registros de comunicação, protocolos, mensagens eletrônicas e registros de ocorrências.
<b>Percentual de desconto</b>	<b>Hipótese de Desconto 1:</b> 1 ocorrência registrada - 1% do valor do serviço prestado. <b>Hipótese de Desconto 2:</b> 2 ou mais ocorrências no mesmo mês - 2% do valor do serviço prestado.
<b>Sanções</b>	<b>2 ocorrências/mês:</b> advertência formal. <b>Acima de 2 ocorrências/semestre:</b> multa de 5% da média dos valores dos meses em que houve a ocorrência.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

Nos termos dos incisos I e II do art. 140 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 9º, inc. I da Portaria PRESI nº 775/2022, o objeto será recebido:

##### I – Do Recebimento Provisório

O fiscal (técnico, demandante e/ou setorial, ou CMLOG) do contrato deverá realizar o recebimento provisório em termo próprio (Anexo I) e encaminhá-lo ao gestor do contrato para recebimento definitivo, acompanhado pelos demais documentos que julgar necessários.

##### II – Do Recebimento Definitivo

O gestor do contrato deverá realizar o recebimento definitivo em termo próprio (Anexo II) e encaminhá-lo ao Setor do fiscal administrativo na SEOF.

§ 1º – O fiscal administrativo deverá atestar a conformidade para pagamento da nota fiscal em termo próprio (Anexo III) e encaminhá-lo à Seção de Análise e Liquidação da Despesa (SELAD).

§ 2º – Para preenchimento do Atestado de Conformidade para Pagamento das notas fiscais, a Contratada deverá apresentar a nota fiscal ou nota fiscal/fatura corretamente preenchida.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O contrato vigorará por 12 (doze) meses a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogado, a critério do Contratante e mediante a anuência da Contratada, por meio de termos aditivos, obedecido o período admitido na legislação em vigor (art. 106 e 107, da Lei nº 14.133/2021).

§ 1º – O prazo de vigência não se confunde com o prazo de execução de que trata a cláusula terceira.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

§ 2º – O Contratante convocará a Contratada para assinar termo aditivo ou instrumento equivalente dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

§ 3º – O início da contagem do prazo a qual refere-se o parágrafo anterior dar-se-á a partir do primeiro dia útil seguinte ao aviso eletrônico ou comunicação escrita encaminhada à Contratada. O ato convocatório será realizado preferencialmente via e-mail.

§ 4º – A Contratada deverá comunicar ao gestor do contrato designado na cláusula nona, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência contratual, caso haja desinteresse na continuidade do contrato.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE**

São as seguintes as prerrogativas da Administração, conferidas em razão do regime jurídico dos contratos administrativos instituídos pelo art. 104 da Lei nº 14.133/2021, em relação a eles:

I – Modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado.

II – Extingui-los, unilateralmente, nos casos especificados nesta Lei.

III – Fiscalizar sua execução.

IV – Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

V – Ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de:

a) risco à prestação de serviços essenciais;

b) necessidade de acautelar a apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, inclusive após extinção do contrato.

§ 1º As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.

§ 2º Na hipótese prevista no inciso I do *caput*, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A Contratada se obriga a:

**§ 1º – Das obrigações gerais:**

a) proceder, no início da contratação, ao seu cadastramento no SIGEO-JT -







PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

PROAD n. 4343/2026 DOC 16  
Cadastrado em 09/11/2026  
Juntado em 00/08/2026

Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho - Módulo Execução Orçamentária, bem como responsabilizar-se pela gestão de seus dados;

b) responsabilizar-se pela juntada, por meio do referido Sistema, dos documentos de cobrança/documentos fiscais (notas fiscais/faturas) nos termos da cláusula ..... - da liquidação e pagamento;

c) observar e cumprir, estritamente, os termos da proposta e as condições ora estabelecidas, obedecendo a critérios e prazos acordados pelas exigências técnicas constantes do contrato;

d) manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

d.1) manter a regularidade fiscal e trabalhista durante todo o período contratual, sob pena de rescisão contratual e de execução da retenção sobre os créditos da empresa e/ou da eventual garantia, a título de multa, para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades previstas em lei;

d.2) se for Optante pelo Simples Nacional deverá apresentar a Declaração, conforme modelo constante no Anexo IV da Instrução Normativa nº 1.234/2012 da Receita Federal do Brasil, no momento da apresentação da primeira nota fiscal/fatura decorrente da assinatura do contrato ou da prorrogação contratual;

d.3) informar imediatamente qualquer alteração da sua permanência no Simples Nacional;

e) responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, ex vi do caput do art. 121 da Lei nº 14.133/2021;

f) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados (art. 119 da Lei nº 14.133/2021);

g) manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto neste contrato e em legislação específica, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o Contratante;

h) prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato;

i) fornecer crachás para seus empregados, sendo obrigatório seu uso nas dependências do Contratante, nos termos da Portaria PRESI nº 87/2015, arts. 6º e 7º;

j) substituir imediatamente qualquer um de seus empregados que for considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares do Contratante;

k) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

PROAD n. 4343/2026 DOC 16  
Cadastrado nº 4343/2026  
Juntado em 00/08/2026

terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante;

l) arcar com despesa decorrente de qualquer infração, seja de que natureza for, desde que praticada por seus empregados no recinto do Contratante;

m) protocolizar, se necessário, as petições na Coordenadoria de Cadastramento de Recursos aos Tribunais Superiores - PROTOCOLO do Contratante, situado na rua Esteves Júnior, nº 395, bairro Centro, na cidade de Florianópolis/SC, CEP 88015-905;

n) atentar para as práticas de sustentabilidade na execução dos serviços nos termos do art. 6º do Capítulo III da Instrução Normativa nº 01, de 19/01/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

o) obedecer, no que couber, aos princípios e normas de condutas estabelecidas no Código de Ética do Contratante;

p) informar e manter atualizado endereço de e-mail válido, para comunicação oficial entre Contratante e Contratada;

q) em cumprimento à Resolução nº 587/2024 do CNJ, a Contratada deverá informar e atualizar, mensalmente, os dados dos colaboradores terceirizados, mediante o preenchimento de planilha compartilhada pelo Contratante, devidamente acompanhada dos Termos de Consentimento do Tratamento de Dados e Compartilhamento colhidos junto aos colaboradores;

r) o modelo de termo de consentimento a ser submetido pela Contratada a cada colaborador(a) será fornecido pelo Contratante;

## **§ 2º – Das obrigações da Contratada em face da LGPD:**

a) para os fins da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18), na hipótese de, em razão do presente contrato, a Contratada realizar o tratamento de dados pessoais como operadora ou controladora, deverá adotar as medidas de segurança técnicas, jurídicas e administrativas aptas a proteger tais dados pessoais de acessos não autorizados ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observando-se os padrões mínimos definidos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados em conformidade com o disposto na legislação de proteção de dados e privacidade em vigor, sem prejuízo do disposto nas alíneas subsequentes;

b) dar tratamento aos dados pessoais a que tiver acesso por força do contrato tão-somente na medida do cumprimento do escopo contratual, vedado o tratamento para quaisquer outros propósitos;

c) não fornecer transferir ou disponibilizar dados pessoais a terceiros, a menos que com base em instruções explícitas, por escrito, do Contratante ou por ordem de autoridade judicial, sob a condição de que, nesse último caso, informando ao Contratante dentro de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da ordem judicial, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo na investigação em que o tratamento sigiloso tenha sido expressamente exigido pela autoridade judicial, quando a Contratada estará dispensada da comunicação ao Contratante;





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

d) não colocar o contratante em situação de violação da LGPD;

e) assegurar que seus empregados tenham ciência dos termos da LGPD e que estejam capacitados para agir dentro das normas nela dispostas;

f) assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assinem termo de confidencialidade;

g) responsabilizar-se pelo uso indevido que seus empregados ou prestadores de serviços fizerem dos dados pessoais a que tiverem acesso pela execução contratual, bem como por quaisquer falhas nos sistemas por ela empregados para o tratamento dos dados;

h) cessar o tratamento de dados pessoais realizado com base no Contrato imediatamente após o seu término e, a critério exclusivo do Contratante, apagar, destruir ou devolver os dados pessoais que tiver obtido;

i) nos casos em que realizar o tratamento de dados pessoais confiados pelo Contratante, a Contratada será considerada "operadora" e deverá aderir à Política de Privacidade e Proteção de Dados do Contratante.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

O Contratante se obriga a:

a) acompanhar a execução do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/21 e nos arts. 2º a 8º da Portaria PRESI nº 775/2022, através dos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, que exercerá ampla e irrestrita fiscalização do objeto do presente contrato, a qualquer hora, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive quanto às obrigações da Contratada;

b) proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução deste contrato;

c) efetuar os pagamentos devidos à Contratada, nos prazos e condições ora estabelecidos;

d) prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

#### **CLÁUSULA NONA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

As atividades de fiscalização e acompanhamento da execução dos contratos, em conformidade com as disposições contidas no art. 117 da Lei nº 14.133/21 e nos arts. 2º a 8º da Portaria PRESI nº 775/2022, serão executadas pela equipe indicada no Termo de Designação de Gestão e Fiscalização.

§ 1º – Caberá ao Gestor do Contrato, as atribuições de:

a) gerir a execução do ajuste;





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

- b) acompanhar as ações de fiscalização;
- c) diligenciar junto à empresa nos casos em que lhe forem solicitados pelo fiscal;
- d) realizar o recebimento definitivo.

§ 2º – Caberá ao Fiscal do Contrato, as atribuições de:

- a) fiscalizar a execução do contrato, de modo a que sejam cumpridas, integralmente, as condições constantes de suas cláusulas;
- b) comprovar e relatar por escrito as eventuais irregularidades;
- c) verificar a conformidade da execução do contrato, nos termos acordados;
- d) efetuar a comunicação com a contratada, sempre que necessário;
- e) verificar a aderência às normas e obrigações pactuadas;
- f) determinar a regularização dos defeitos verificados;
- g) reportar ao gestor, caso sejam não exitosas as diligências;
- h) efetuadas junto a empresa;
- i) realizar o recebimento provisório.

§ 3º – O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato.

§ 4º – A fiscalização exercida pelo Contratante não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da Contratada pela completa e perfeita execução do objeto contratual, tampouco restringe a responsabilidade integral e exclusiva da Contratada quanto à integralidade e à correção dos fornecimentos a que se obrigou, suas consequências e implicações perante terceiros, próximas ou remotas.

§ 5º – A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo Contratante.

## CLÁUSULA DEZ – DO PREPOSTO DA CONTRATADA

A Contratada deverá, às suas expensas, manter preposto, aceito pelo Contratante, para representá-lo na execução do contrato, obedecido o disposto no art. 118 da Lei nº 14.133/2021.

§ 1º – O preposto deverá ser indicado por escrito ao Contratante (contendo telefone, celular, e-mail e endereço completo), no prazo máximo de 7 (sete) dias a contar da comunicação da assinatura do contrato, devendo sua indicação ser encaminhada e juntada aos





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

PROAD n. 4343/2026 DOC 16  
Cadastrado em 07/11/2026  
Juntado em 07/08/2026

autos do processo pelo Gestor, podendo fazê-la via correio eletrônico.

§ 2º – Caso houver necessidade de substituição do preposto, a nova indicação deverá ser informada por escrito ao Contratante (contendo telefone, celular, *e-mail* e endereço), podendo ser realizada por meio eletrônico ao Gestor do contrato, no prazo máximo de até 7 (sete) dias corridos após a substituição.

§ 3º – A indicação do novo preposto deverá ser juntada aos autos do processo correspondente pelo Gestor.

§ 4º – O preposto deverá possuir os conhecimentos e a capacidade profissional, compatíveis com a função e ter competência para resolver todo e qualquer assunto relacionado com os serviços prestados.

§ 5º – O Contratante poderá, a seu exclusivo critério, rejeitar a indicação do preposto se julgar que os requisitos exigidos não foram cumpridos, e solicitar a sua substituição, a qualquer tempo, no prazo máximo de 3 (três) dias a contar da notificação, que poderá ser feita por meio de *e-mail*.

## CLÁUSULA ONZE – DO PREÇO

O valor total estimado anual do presente contrato é de ..... (.....), assim discriminado:

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO					
Ordem	Veículo	Placa	Valor Estimado com Serviço de Manutenção (12 meses)	Valor Estimado com Peças (12 meses)	Valor Estimado Total (12 meses)
01	Spin LTZ	OKH 8468			
02	Spin LTZ	OKH 8498			
03	Spin LTZ	OKH 8588			
04	Doblo	QJQ 4161			
05	Doblo	QJQ 4171			
06	Fiat Weekend	QHX 4250			
07	Fiat Weekend	QHX 4270			
08	Fiat Weekend	QHX 4280			
09	Fiat Weekend	QHX 4290			
10	Cargo LIGTH	QIZ 4039			
11	Focus SE 2.0	QHD 8269			
12	Fusion 2.5	QHI 0907			





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

13	Sprinter 415	MLI 2149			
14	Sprinter 413	QIX 5389			
15	Sprinter 313	MIF 5652			
16	Triton Out	RXS5A56			
17	Duster	OKG 9246			
18	Corolla Altis	RYD7B18			
19	Corolla Altis	RYD7B58			
20	Corolla Altis	RYD7B98			
21	Corolla Cross	RYO3H86			
22	Corolla Cross	RYO3I16			
TOTAIS					
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (12 meses)					
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO (10 anos)					
VALOR ESTIMADO PARA O EXERCÍCIO DE 2026 (Proporcional a 6 meses)					

\*Conforme o Sétimo Termo Aditivo do Contrato PRE 1664/2020, este contrato se encerrará em 30-06-2026

Parágrafo único – Estão incluídas no preço todas as despesas relativas à consecução eficiente e integral do objeto deste contrato.

§ 1º – O valor acima mencionado incluirá todas as despesas relativas à consecução eficiente e integral do serviço, tais como, mas não limitadas a estas: impostos, taxas, serviços projetados, serviços auxiliares, fornecimento de materiais e mão de obra, ferramental, equipamentos, benefícios, etc.

§ 2º – São de responsabilidade da Contratada todas as despesas com empregados, seguros de acidente de trabalho, INSS, indenização trabalhista e quaisquer outras relativas a seus empregados, ex vi do contido no art. 121 da Lei nº 14.133/21.

## CLÁUSULA DOZE – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

A liquidação e o pagamento serão assim efetuados:

a) os pagamentos serão realizados, **mensalmente**, na forma do SIGEO JT - Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho - Módulo Execução Orçamentária;

b) para fins de liquidação e pagamento, é de exclusiva responsabilidade da Contratada o seu cadastramento no SIGEO, gestão de seus dados e a juntada por meio do referido Sistema dos documentos de cobrança/documentos fiscais (notas fiscais/faturas);







PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

PROAD n. 4343/2026 DOC 16  
Cadastrado em 07/08/2026  
Juntado em 07/08/2026

c) é de exclusiva responsabilidade da Contratada as ações indicadas na alínea anterior não cabendo ao Contratante qualquer responsabilidade pela falta de juntada ao sistema no prazo;

d) eventuais dúvidas poderão ser dirimidas junto à Secretaria de Orçamento e Finanças por meio do email seof@trt12.jus.br ou telefone (48) 3216-4059;

e) as notas fiscais deverão ser juntadas, **mensalmente**, pela Contratada no sistema SIGEO-JT Execução Financeira e os documentos exigidos no edital e no contrato deverão ser encaminhados ao Núcleo de Análise e Liquidação da Despesa – NULAD;

f) a equipe de gestão e fiscalização deverá proceder o recebimento provisório e definitivo do objeto, em conformidade com o art. 9º, da Portaria PRESI nº 775/2022;

g) o prazo para pagamento é de 10 (dez) dias úteis a contar da apresentação da nota fiscal acompanhada do respectivo recebimento definitivo do objeto de que trata a alínea “f”;

h) para todos os fins, considera-se como data de pagamento, o dia da emissão da ordem bancária;

i) os pagamentos serão realizados de acordo com o cronograma de desembolso do Governo Federal, em moeda corrente nacional, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários em conformidade com as instruções normativas vigentes;

j) havendo erro na (s) nota (s) fiscal (is)/fatura (s) ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será restituída ou será comunicada a irregularidade à Contratada, ficando pendente de pagamento até que esta providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e/ou a reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Contratante;

k) a Contratada será a responsável direta pelo faturamento a que se propõe, não podendo ser aceito documento de cobrança (nota fiscal/fatura) emitido por empresa com a raiz do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ diferente ao daquela, ainda que do mesmo grupo empresarial;

k.1) as Unidades responsáveis pela execução do objeto contratual e detentoras de numeração da raiz do CNPJ idêntica à da Contratada, divergindo somente o sufixo e dígito verificador, poderão emitir Nota Fiscal/Fatura, desde que satisfaçam as condições de habilitação e a regularidade fiscal exigida no processo;

l) a Contratada deverá apresentar, sempre que solicitado pelo Contratante, as certidões abaixo discriminadas:

- CRF – Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela CEF;
- Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida em conjunto pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pela Justiça do





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

Trabalho;

- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do seu domicílio ou de sua sede;
- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do seu domicílio ou de sua sede;

m) o Contratante poderá reter o pagamento dos valores referentes ao fornecimento realizado nas hipóteses da cláusula quinze, limitado ao valor do dano, ressalvada a possibilidade de rescisão contratual;

n) o Contratante poderá deduzir do montante a pagar, cautelar ou definitivamente, os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada, nos termos deste contrato;

o) no ato do pagamento será retido na fonte o Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica, a contribuição sobre o lucro, a contribuição para a seguridade social (CONFINS) e a contribuição para O PIS/PASEP, todos da Secretaria da Receita Federal. No entanto, não recairá esta retenção sobre pessoas jurídicas que apresentarem a Declaração de Optante do Simples, conforme modelo constante no Anexo IV da Instrução Normativa nº 1.234/2012, da Receita Federal ou cópia da Consulta ao Portal do Simples Nacional da apresentação da primeira nota fiscal/fatura decorrente de assinatura contratual e de prorrogação contratual;

p) se os valores do pagamento forem insuficientes para a quitação das eventuais multas, fica a Contratada obrigada a recolher a importância devida, via GRU, no prazo de até 10 (dez) dias contados da comunicação oficial, sob pena de ser incluído o valor na Dívida Ativa da União;

q) a nota fiscal deverá ser emitida **até o 5º dia útil** do mês subsequente à realização dos serviços.

## CLÁUSULA TREZE – DO REAJUSTE

Os preços constantes do contrato serão reajustados, respeitada a periodicidade mínima de um ano a contar da data do orçamento estimado ou da data do último reajuste, limitado o reajuste à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ou de outro índice que passe a substituí-lo, e na falta deste, em caráter excepcional, será admitida a adoção de índices gerais de preços de acordo com a seguinte fórmula:

$$R = \frac{I - I_0}{I_0} \times P \text{ onde:}$$

**a) para o primeiro reajuste:**

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês de reajuste;

I<sub>0</sub> = índice relativo ao mês da data do orçamento estimado;

P = preço atual dos serviços/contrato;







PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

PROAD n. 4343/2026 DOC 16  
Cadastral nº 397143961-2  
Juntado em 00/08/2026

**b) para os demais reajustes:**

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês do novo reajuste;

Io = índice relativo ao mês do último reajuste efetuado;

P = preço do serviços/contrato atualizado até o último reajuste efetuado.

§ 1º – Em caso de ocorrência de deflação ou qualquer outro evento que possa implicar redução do valor contratual para adequá-lo aos preços de mercado, será provocada pelo Contratante mediante a apresentação de planilha com demonstração analítica da variação dos componentes dos custos do contrato no período correspondente, com vistas à definição do novo valor contratual a ser aplicado.

§ 2º – O valor e a data do reajuste serão informados no contrato mediante apostila.

**CLÁUSULA QUATORZE – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

O recurso para atender à despesa acima correrá por conta do orçamento próprio, Programa de Trabalho: 02.1220033.42560042-0000 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho; Natureza da Despesa 339030 - material de consumo, Subelemento da despesa: 33903039 - material para manutenção de veículos.

Parágrafo único – A despesa para os exercícios subsequentes será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento desta finalidade, a ser consignada ao Contratante, pela Lei Orçamentária Anual.

**CLÁUSULA QUINZE – DA RESPONSABILIDADE CIVIL**

A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante., ex vi do art. 120 da Lei nº 14.133/21.

**CLÁUSULA DEZESSEIS – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a ampla defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

**§ 1º – Em razão do descumprimento dos Níveis Mínimos de Serviço:**

I – Advertência formal;

II – Multa de 5% da média dos valores dos meses em que houve a ocorrência, conforme previsto nos indicadores;

**§ 2º – A Contratada ao cometer infrações nas licitações ou na execução contratual estará sujeita às seguintes penalidades:**

I – Advertência, que será aplicada nas infrações contratuais leves, que não justifiquem a aplicação de penalidade mais rigorosa.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

II – Multa, nos termos do inc. II do art. 156 da Lei nº 14.133/21, a ser aplicada a qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/21:

a) multa moratória, pela infração administrativa prevista no inc. VII do art. 155 da Lei nº 14.133/21: decorrente de inobservância dos prazos para cumprimento de obrigações contratuais, na forma definida no edital e no contrato, arbitrada em 0,3% (três décimos por cento) por dia sobre o valor do(s) item(s) em mora, limitada a 10%;

a.1) se o atraso for superior a 30 (trinta) dias, poderão ser aplicadas cumulativamente as penas de multa moratória e compensatória, facultando-se, ainda, promover a rescisão contratual;

a.2) não sendo possível quantificar o valor da multa moratória ou se ele mostrar-se incompatível com o disposto no art. 2º, parágrafo único, inciso VI, da Lei nº 9.784/99, a multa será de R\$ 1.000,00, podendo este valor ser aplicado em dobro, se as circunstâncias do caso concreto assim recomendarem;

b) multa compensatória, a ser aplicada pelo cometimento de qualquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, na forma definida no edital, no contrato:

b.1) multa por inexecução parcial arbitrada em 10% (dez por cento) do item/valor mensal do contrato, e aplicada em dobro no caso de reincidência, por ocorrência das infrações administrativas previstas nos incisos I e II do art. 155 da Lei nº 14.133/21;

b.2) multa por inexecução total arbitrada em 10% (dez por cento) do valor total do contrato e aplicada por ocorrência da infração administrativa prevista no inc. III do art. 155 da Lei nº 14.133/21;

b.3) multa arbitrada em 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, e aplicada em dobro no caso de reincidência, por ocorrência das infrações administrativas previstas nos inc. IV a XII do art. 155 da Lei nº 14.133/01;

b.4) multa de 1% (um por cento) sobre o valor da nota fiscal, a ser aplicada a cada ocorrência de violação da obrigação da manutenção da regularidade fiscal e trabalhista, durante toda a execução do contrato;

III – Impedimento de licitar e contratar com a União, nos termos do inc. III do art. 156 da Lei nº 14.133/21, pelo prazo máximo de até 3 (três) anos, que será aplicada por ocorrência das infrações administrativas previstas nos incisos II a VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inc. IV do art. 156 da Lei nº 14.133/21, que será aplicada por ocorrência das infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II a VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento, referida na alínea “c” deste parágrafo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

V – As sanções previstas nos incisos I, III e IV, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II deste parágrafo.

**§ 3º – Penalidades da Contratada em face da LGPD:**

O descumprimento das obrigações relativas ao tratamento de dados previstas na cláusula sétima incidirá nas seguintes penalidades:

a) até 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, na hipótese de utilização dos dados pessoais para finalidade diversa daquela estabelecida para a execução contratual;

b) até 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, na hipótese de do compartilhamento não autorizado de dados pessoais com terceiros.

I – As penalidades previstas nas alíneas “a” e “b” serão aplicadas por ocorrência e, no caso de reincidência, serão aplicadas em dobro.

II – As penalidades previstas nas alíneas “a” e “b” não excluem a responsabilidade das empresas pela aplicação das sanções previstas no art. 52 e o ressarcimento de danos, na forma prevista no § 4º do art. 42, ambos da LGPD.

§ 4º – Na aplicação das penalidades previstas nesta cláusula, serão observados os conceitos, critérios, prazos e procedimentos estabelecidos na Portaria Presi nº 340/2022 do TRT da 12ª Região.

**CLÁUSULA DEZESSETE – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

Nos termos do art. 137, da Lei nº 14.133/21, constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I – Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos.

II – Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior.

III – Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato.

IV – Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado.

V – Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

PROAD n. 4343/2026 DOC 16  
Cadastral nº 3971 4396  
Juntado em 00/08/2026

VI – Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto.

VII – Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas.

VIII – Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante.

IX – Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

§ 1º – A extinção do contrato poderá ser:

I – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta.

II – Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração.

§ 2º – O descumprimento reiterado da obrigação da apresentação das certidões elencadas na alínea “I” da cláusula doze e a manutenção em situação irregular perante as obrigações fiscais e trabalhistas poderão dar ensejo à extinção contratual, respeitada a ampla defesa, em face de configurada a inexecução do contrato e a ofensa à regra trazida no art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/2021.

## **CLÁUSULA DEZOITO – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA**

I – O presente contrato fundamenta-se:

- na Lei nº 14.133/21;
- na Lei nº 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais);
- nos preceitos de direito público e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, nos termos do caput do art. 89 da Lei nº 14.133/21;

II – E vincula-se aos termos:

- do edital do processo nº PE 4343/2026, conforme § 2º do art. 89 da Lei nº 14.133/21;
- da proposta da Contratada, conforme § 2º do art. 89 da Lei nº 14.133/21;
- da Portaria Presi nº 70/2021 do Contratante – Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais;
- do Código de Ética do Contratante





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

PROAD n. 4343/2026 DOC 16  
Cadastral nº 39714361-1  
Juntado em 00/08/2026

## CLÁUSULA DEZENOVE – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O disposto neste contrato somente poderá ser alterado pelas partes por meio de termos aditivos, asseguradas as prerrogativas conferidas à Administração, enumeradas no caput do art. 104 da Lei nº 14133/2021 e na cláusula sexta, mediante a apresentação das devidas justificativas e autorização prévia da autoridade competente, assegurados os direitos da Contratada de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 58 da mesma Lei.

Parágrafo único – Nos termos do que dispõe o art. 125 da Lei nº 14.133/21, a Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

## CLÁUSULA VINTE – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Além das disposições trazidas no presente contrato, aplicam-se, ainda, o seguinte:

a) a prestação de serviços, objeto do presente contrato, não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta;

b) nada no presente contrato poderá ser interpretado como a criar quaisquer vínculos trabalhistas entre empregados da Contratada e o Contratante. A Contratada assume toda a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas decorrentes da prestação de serviços por seus empregados;

c) a tolerância de uma parte para com a outra quanto ao descumprimento de qualquer uma das obrigações assumidas neste contrato não implicará novação ou renúncia de direito. A parte tolerante poderá exigir da outra o fiel e cabal cumprimento deste contrato a qualquer tempo;

d) as obrigações contidas nas cláusulas sétima e oitava não são de natureza exaustiva, podendo constar no presente termo obrigações referentes às partes ou a cada parte, que não estejam incluídas no rol de obrigações acima citadas;

e) os termos e disposições constantes deste contrato prevalecerão sobre quaisquer outros entendimentos ou acordos anteriores entre as partes, expressos ou implícitos referentes às condições nele estabelecidas;

f) é vedado à Contratada caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira;

g) a Contratada se compromete a guardar sigilo absoluto sobre as atividades decorrentes da execução dos serviços e sobre as informações a que venha a ter acesso por força da execução dos serviços objeto deste contrato;

h) dos atos da Administração decorrentes da aplicação da Lei nº 14.133/21 cabe recurso e pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da intimação, nos termos do art. 165;





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

PROAD n. 4343/2026 DOC 16  
Cadastrado no 3971 4396127-PRANOISAWIR  
Juntado em 00/08/2026

i) os casos omissos serão dirimidos pela Administração, que poderá disponibilizar em meio eletrônico informações adicionais e expedir normas complementares, em especial sobre as sistemáticas de fiscalização contratual e repactuação;

j) o princípio da legalidade impõe à Administração a obrigação de fundamentar todos os seus atos, contratos e condutas no ordenamento jurídico. Por decorrência lógica, o tratamento dos dados pessoais coletados pelo Tribunal no presente Contrato para viabilizar sua formalização está em integral conformidade com a Lei nº 13.709/2019 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD). Nesse sentido, observa a boa-fé e os princípios elencados no art. 6º, especialmente em relação à proteção dos dados e finalidades de sua utilização. O tratamento desses dados prescinde de consentimento do titular (art. 7º, III), inclusive para eventual compartilhamento (art 26, § 1º, IV, c/c art. 27, III), e terão sua publicidade de acordo com as exigências legais.

#### CLÁUSULA VINTE E UM – DA DIVULGAÇÃO NO PNCP

O Contratante é responsável pela divulgação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos e prazos previstos no art. 94 da Lei nº 14.133/21.

#### CLÁUSULA VINTE E DOIS – DO FORO

As questões decorrentes da execução deste contrato, que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Florianópolis, Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, firmou-se o presente termo de contrato, o qual, depois de lido, será assinado eletrônica/digitalmente pelos representantes das partes, considerando-se efetivamente formalizado a partir da data da última assinatura.

#### CONTRATANTE:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

TRT da 12ª Região

#### CONTRATADA:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Contrato/26PE4343\_serviço de manutenção preventiva e corretiva de veículos\_DAC



PROAD n. 4343/2026 DOC 16  
Para verificar a autenticidade desta cópia,  
acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2026.MCP.REN:  
<https://proad.trt12.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

PROAD n. 4343/2026 DOC 16  
Cadastral nº 3971436 NÍVEL DE FIANÇA/MIRO  
Juntado em 00/08/2026

## ANEXO I

### TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO – Serviços

CONTRATO/PROAD Nº:  
UNIDADE:  
EMPRESA CONTRATADA:  
PERÍODO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO:  
FISCAL DO CONTRATO:  
Nº DA NOTA FISCAL<sup>1</sup>:

### TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

Em cumprimento ao disposto no inciso I, alínea “a”, do artigo 140, da Lei 14.133/2021, declaramos que:

- ( ) os serviços foram prestados neste Regional sem ressalvas.  
( ) os serviços foram prestados neste Regional, com as seguintes ressalvas: Justifique e indique a cláusula contratual descumprida ou os indicadores dos Níveis Mínimos e Serviço correspondentes.

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Fiscal Técnico/Demandante/Setorial\* do contrato  
(informar nome)

---

<sup>1</sup> Se o recebimento for referente a mais de uma Nota Fiscal, devem ser indicados todos os documentos a que se refere.







PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

PROAD n. 4343/2026 DOC 16  
Cadastral nº 4343/2026  
Juntado em 00/08/2026

**TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**

Em cumprimento ao disposto no inciso III do §2º do art. 63 da Lei nº 4.320/64 declaro que o serviço descrito na (s) Nota (s) Fiscal (ais) acima indicada foi efetivamente prestado.

Existem ocorrências que interferem na liquidação e no pagamento da despesa?

( ) Sim. Justifique:

( ) Não.

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Ass.: \_\_\_\_\_

Gestor(es) do contrato

Atentar para a segregação das funções de recebimentos provisório e definitivo







PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

PROAD n. 4343/2026 DOC 16  
Cadastral nº 3971 4396  
Nº 127-PRANO/CAWIR0  
Juntado em 00/08/2026

ANEXO II

**ATESTADO DE CONFORMIDADE PARA PAGAMENTO DA NOTA FISCAL -**  
**Contratação de Serviços (continuados sem mão de obra residente, concessionárias**  
**de serviços públicos, locação de imóveis, serviços sob demanda e outros**  
**contratos)**

LIQUIDAÇÃO DA NOTA FISCAL	
CONTRATO/PROAD Nº:	
UNIDADE:	
EMPRESA CONTRATADA:	
PERÍODO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO:	
RESPONSÁVEL:	

Item	SIM	NÃO	Não se aplica
<b>1. NA LIQUIDAÇÃO MENSAL DA NOTA FISCAL:</b>			
1.1 O Fiscal de Contrato atestou a conformidade na prestação dos serviços (Caso afirmativo informar o número do marcador do referido documento do respectivo PROAD)			
1.2 Valor da Nota Fiscal corresponde ao valor contratual mensal			
1.3 Verificar se o CNPJ da contratada contido na Nota Fiscal é o mesmo que consta da Nota de Empenho			
1.4 Período da prestação de serviços está correto (sempre corresponde ao mês anterior ao da fatura)			
1.5 O Gestor atestou a nota fiscal no SIGEO?			
<b>2. VALIDADE DAS CERTIDÕES NEGATIVAS:</b>			
2.1 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas			
2.2 GRF (FGTS)			
2.3 Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União			
2.4 Certidão Negativa de Débitos Salariais			
2.5 Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual			
2.6 Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal			
<b>3. OUTROS ITENS PREVISTOS NO EDITAL/CONTRATO</b>			
3.1			
3.2			



PROAD n. 4343/2026 DOC 16  
Para verificar a autenticidade desta cópia,  
acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2026.MCFL.RENK:  
<https://proad.trt12.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

3.3			
3.4			
3.5			
3.6			

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Fiscal administrativo do contrato  
(informar nome)





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

ANEXO III

**TERMO DE ENCERRAMENTO DE CONTRATO - Serviços (serviços sob demanda; serviços de prestação mensal e continuada (sem mão de obra residente); concessionárias de Serviço Público; locação de imóveis; outros contratos.**

TERMO DE ENCERRAMENTO DE CONTRATO	
CONTRATO/PROAD Nº:	
UNIDADE:	
EMPRESA CONTRATADA:	
PERÍODO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:	
GESTOR DO CONTRATO:	

Item	SIM	NÃO	Não se aplica
1. A contratada atendeu e cumpriu as obrigações contratuais durante a sua vigência?			
2. Existe alguma pendência na prestação dos serviços, durante a vigência contratual? (Caso afirmativo relatar no item 6)			
3. Foi relatado ao gestor do contrato alguma pendência ou falta em que a contratada tenha incorrido durante a vigência do contrato? (Caso afirmativo relatar no item 6)			
4. Ocorreu alguma aplicação de penalidade à empresa contratada no período contratual? (Caso afirmativo relatar no item 6)			
5. Na avaliação de desempenho, caso previsto no contrato, a contratada atingiu os limites previstos? (Caso negativo relatar no item 6)			
6. Pendências contratuais:			
7. Outras observações:			
8. Atesto que não há pendências relativas à execução do objeto contratado. A empresa contratada prestou os serviços durante a vigência contratual em estrita observância às determinações, forma e condições previstas no contrato			

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Gestor do contrato  
(informar nome)





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

PROAD n. 4343/2026 DOC 16  
Cadastrado em 07/08/2026  
Juntado em 07/08/2026

ANEXO IV

**TERMO FINAL DE CONFORMIDADE – Contratos de serviços continuados (sem mão-de-obra residente, concessionárias de serviços públicos, locação de imóveis e outros contratos continuados)**

TERMO FINAL DE CONFORMIDADE	
CONTRATO/PROAD Nº:	
UNIDADE:	
EMPRESA CONTRATADA:	
PERÍODO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:	
RESPONSÁVEL:	

Item	SIM	NÃO	Não se aplica
1. Existe alguma pendência na validade das certidões negativas? (Caso afirmativo relatar no item 4)			
2. Existem pendências relativas à apresentação da documentação obrigatória da mão-de-obra diretamente envolvida na execução dos serviços? (Caso afirmativo relatar no item 4)			
3. Pendências de Certidões Negativas:			
4. Pendências relativas à documentação obrigatória da mão de obra envolvida:			
5. Atesto que não há pendências relativas à documentação das obrigações trabalhistas e demais obrigações referentes às condições de habilitação e qualificação exigidas, nos termos do inciso XVI, do art. 92, da Lei nº 14.133/2021			
6. Observações:			

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Fiscal administrativo do contrato  
(informar nome)



PROAD n. 4343/2026 DOC 16  
Para verificar a autenticidade desta cópia,  
acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2026.MFJ.REN:  
<https://proad.trt12.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml>